

SEMINÁRIO ADVENTISTA LATINO AMERICANO DE TEOLOGIA
CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO
CAMPUS ENGENHEIRO COELHO

OSMÁRIO FRANCISCO XAVIER JÚNIOR

Estudo das bases teológicas para obediência da lei em Deuteronômio 6:20-25.

ENGENHEIRO COELHO - SP

2015

SEMINÁRIO ADVENTISTA LATINO AMERICANO DE TEOLOGIA
CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO
CAMPUS ENGENHEIRO COELHO

OSMÁRIO FRANCISCO XAVIER JUNIOR

Estudo das bases teológicas para obediência da lei em Deuteronômio 6:20-25.

ENGENHEIRO COELHO - SP

2015

OSMÁRIO FRANCISCO XAVIER JUNIOR

Estudo das bases teológicas para obediência da lei em Deuteronômio 6:20-25.

Dissertação apresentada como cumprimento parcial para o Mestrado em Teologia Bíblica, pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, sob a orientação do Dr. Ozeas Caldas Moura.

ENGENHEIRO COELHO - SP
2015

Dissertação do Centro universitário Adventista de São Paulo, do Mestrado em Teologia Bíblica, apresentado e aprovado no dia 00 de dezembro de 2015

.

Ozeas Caldas Moura, Th.D.

Roberto Pereyra Suárez, Ph.D.

Agradeço, de maneira muito especial, à minha noiva, Vanessa Lemes, pelo apoio e compreensão em meio a tantas atividades que esta especialização me trouxe e à minha mãe, Eurides Cleuza da Boa Morte Xavier, pelo apoio fundamental em todos os sentidos, especialmente me orientando desde os meus primeiros anos de idade, no caminho do Senhor.

AGRADECIMENTOS

- À Deus, por me guiar em todos os momentos, me dando o querer, mas também a capacidade de concluir a realização deste sonho.
- Agradeço à instituição UNASP, por prover tão boa estrutura para que pudesse me capacitar ao ministério e, especialmente, aos professores por exercer com amor esta tarefa de nos orientar.
- À minha noiva, Vanessa Lemes Costa, por ser uma grande motivadora ao longo destes anos. Você tornou esse período de lutas muito mais suave; pela sua tão meiga e doce presença, e pela paciência na ausência.
- Agradeço também aos irmãos em Cristo que, ao longo das minhas férias colportando, me ajudaram a me manter no curso, adquirindo as literaturas cristãs que eu oferecia.

RESUMO

A Torá, que é composta pelos cinco primeiros livros da Bíblia, tem em Deuteronômio, o livro da repetição da lei, um dos ambientes mais extensos no estudo das diversas leis de Israel. Estudiosos dispensacionalistas e teólogos de diversas áreas têm entendido o tempo do Antigo Testamento como um período regido por leis, que formavam a base da salvação. Período ao qual alguns chamam de dispensação da lei. Outros defendem o entendimento que as atuações de Deus na história de Israel evidenciam uma relação de graça, onde a obediência se desenvolvia em um processo de gratidão e reconhecimento a Deus como seu provedor. Diante disso, a perícopes de Dt 6:20-25 se demonstra um ambiente especial para este estudo, pela atuação de Deus em perguntar e Ele mesmo responder, a respeito do porquê da obediência. Desse modo, este trabalho teve o objetivo de descobrir quais as bases teológicas da obediência em Dt 6:20-25. E este objetivo foi desenvolvido com base em uma revisão bibliográfica a respeito do tema, e um estudo exegético da perícopes em estudo. Diante deste processo, esta pesquisa encontrou um Deus que, por meio de suas ações de amor, libertou, de maneira grandiosa, a um povo indigno e rebelde, para depois disso, convidá-los a viver a alegria da obediência. Por tudo isso, a gratidão a Deus, por seu amor, paciência, proteção e liderança ao longo de uma longa jornada, foi a base teológica recomendada por Ele e experimentada por Israel para a obediência aos mandamentos.

Palavras-Chave: Lei, Antigo Testamento, Obediência, Gratidão, Graça, Israel.

ABSTRACT

The Torah that comprises the first 5 books of the Bible has in Deuteronomy, the book of repetition of the law, one of the most extensive environments in the study of various laws of Israel. Dispensationalists scholars, and theologians from different areas, has understood the Old Testament as a period governed by laws that formed the basis of salvation. To what some call the dispensation of the law. Others argue the understanding that, the actions of God in Israel's history show a relationship of grace, where obedience, was developed in a process of recognition and gratitude to God as their provider. Before that, the pericope of Deuteronomy 6: 20-25, demonstrates itself as a special atmosphere to this review, by the action from God to ask question, and Himself to answer, why the obedience. Thus this study aimed to find out, what the theological foundations of obedience in Deuteronomy 6: 20-25. And this aim was developed based on a literature review on the subject, and an exegetical study of the pericope under study. Facing the process, this research found a God who through their actions of love, delivered in a big way, to an unworthy and rebellious people, for after this, invite them to live the joy of obedience. For all this, gratitude to God, for his love, patience, protection and leadership over a long journey, was the theological basis recommended by God, and experienced by Israel for obedience to the commandments.

Keywords: Law, Old Testament, Obedience, Gratitude, Grace, Israel.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
1.1 Problemática da pesquisa:.....	12
1.2 Objetivos:	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos:	12
1.3 Justificativa:	13
1.4 Revisão Bibliográfica:	14
1.5 Metodologia:	26
2. EXEGESE DE DT 6:20-25	27
2.1 Características Gerais do livro de Deuteronômio:	27
2.2 Delimitação da perícopes:	29
2.3 A perícopes dentro do capítulo seis e no livro de Deuteronômio.....	31
2.4 Tradução de Dt 6:20-25:	35
2.4.1 Texto Original:	35
2.4.2 Tradução para o português:	36
2.4.3 Notas da Tradução:	37
2.4.4 Aparato Crítico:.....	38
2.5 Análises de termos importantes:.....	38
2.6 Relação intertextual de termos ou expressões importantes.	42
2.6.1 Quando teu filho te perguntar no futuro:	43
2.6.2 Testemunhos, os estatutos, e as ordenanças	44
2.6.3 Nós éramos.	44
2.6.4 Com mão poderosa.	44
2.6.5 Diante de nossos olhos.	45
2.6.6 Para nosso bem.	45
2.6.7 E lhe será por justiça:	45
2.7 Comentário de Dt 6:20-25, conforme resultados da exegese:	45
2.7.1 “Quando o seu filho interrogar a você no futuro”	46
2.7.2 “Porque os testemunhos, os estatutos, e as ordenanças”.	46
2.7.3 “Escravos nos tornamos para Faraó, no Egito”.	47
2.7.4 “Então nos libertou Jeová do Egito com mãos poderosas”	47
2.7.5 “E ele concedeu sinais e maravilhas grandes”	48
2.7.6 “E violentas, sobre o Egito sobre Faraó”.	48
2.7.8 “Diante de nossos olhos”	48
2.7.9 “E nos trouxe de lá, para a terra que Ele jurou a nossos pais”	48
2.7.10 “Para temermos a Jeová Deus”	49

2.7.11 “Para o bem nosso”	49
2.7.12 “E justiça Ele será para nós”	49
2.7.13 “quando observarmos para fazer todos estes os mandamentos ” .	50
3. Conclusão.....	52
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	54

1. INTRODUÇÃO

A Bíblia também traz muitas instruções para o seu povo e, quando se fala sobre a lei no Antigo Testamento, normalmente se aponta para a Torá, os cinco primeiros livros da Bíblia, que tradicionalmente se supõe possuir 613 mandamentos (VELOSO, 2011), sendo que o livro de Êxodo, com seu relato do Sinai e, especialmente, o livro de Deuteronômio, que significa literalmente “segunda lei”, são os ambientes onde mais diretamente encontramos relatos a respeito da lei no Pentateuco. O livro dos Salmos no capítulo 119 utiliza diversas palavras para descrever a lei de Deus como: testemunhos, preceitos, estatutos e mandamentos. As alianças (*Berith*), pactos divinos entre Deus e os homens, encontradas na Bíblia, especialmente a mosaica, com as leis e seus conceitos de bênção e maldição, têm traduzido à mente de alguns ou de algumas correntes teológicas, como a do dispensacionalismo, a ideia de legalismo, ou seja, a obediência à lei em si, no Antigo Testamento, teria sido a razão da recepção de qualquer benefício da parte de Deus.

Diante destes aspectos, dispensacionalistas e evangélicos em grande medida, veem uma dicotomia entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento (BARKER, 1982, p. 4), entre o modelo de salvação no Antigo Testamento e o Novo Testamento. Este conceito pode ser visto em Scofield, que diz que houve uma nova revelação da vontade de Deus em cada dispensação, o que, apesar de ele não reconhecer as consequências de seu conceito, leva a compreensão de que houve modos diferentes de salvação, como pontua Timm (1998, p. 6), e também vemos este conceito em Hansen (1994), que menciona que toda a lei teve um período limitado de 430 anos, depois da promessa, ou seja, até Cristo.

Segundo Rodor (2007, p. 53, 63), o dispensacionalismo e seu sistema de interpretação bíblica infiltraram-se em praticamente todos os ramos do protestantismo moderno, chegando a exercer considerável influência dentro dos círculos conservadores e, assim, exercer um grande impacto sobre a doutrina de Deus, antropologia, a cristologia, a soterologia, a eclesiologia e, sobretudo, a escatologia.

Contudo, para House (1998), a compreensão de Deus como criador, Suas revelações, e Sua atuação em levar seu povo à terra prometida, estes sim,

deveriam ser os motivos que precisariam levar Israel a uma fidelidade absoluta a Deus. O que pode nos trazer outra base para a obediência, isto é, a gratidão e reconhecimento de Deus como criador. Também, de acordo com Blazen (2011, p. 307), o Êxodo é para o AT o que a vida, morte, e a ressurreição de Jesus são para o NT, pois, no processo de Salvação do Egito, a única coisa que coube a Israel foi pisar na água. Usando outras palavras, Kaiser (1982, p.119) defende que a graça estava no primeiro plano da lei, e a sequência do Êxodo, a viagem ao Sinai, e a graça de Deus para com Israel ao longo das peregrinações são demonstrações disso.

Nesta discussão, o livro de Deuteronômio encontra destaque, uma vez que, além de fazer parte da Torá, tem em suas linhas a descrição das várias leis, desde a chamada lei moral até a lei cerimonial, civil, entre outras que podem ser classificadas. Sendo que, em Dt 6:20-25, encontramos uma resposta do próprio Deus, ao porquê da obediência à lei por Israel.

1.1 Problemática da pesquisa:

Reconhecendo uma atitude ativa de Deus em abordar as razões da obediência no texto de Dt 6:20-25 e, ainda assim, uma divergência teológica em relação a lei e a salvação no Antigo Testamento, levanta-se a questão: “Quais as bases teológicas para obediência à lei em Deuteronômio 6:20-25”?

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as bases teológicas para a obediência, de acordo com o texto de Deuteronômio 6:20-25.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Analisar exegeticamente a perícopes de Deuteronômio 6:20-25 através de:
- Tradução do texto de Deuteronômio 6:20-25.
- Análise da perícopes de Deuteronômio 6:20-25 dentro do contexto do capítulo e do livro de Deuteronômio.
- Estudo dos termos relevantes e suas possíveis relações, com a compreensão da problemática deste estudo.

- Análise intertextual de termos ou expressões importantes.
- Comentário de Dt 6:20-25 com base nos resultados da exegese.

1.3 Justificativa:

As bases para a obediência à lei, tendo ela caráter de salvação ou apenas como fruto da graça já no Antigo Testamento, é entendida de maneira disforme entre a teologia evangélica em geral e a da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Segundo os dispensacionalistas, o plano salvífico de Deus pode ser reconhecido a partir das sete dispensações ou dos sete períodos atestados biblicamente, pois a Bíblia é o testemunho divino de uma história sucessiva da salvação, sendo a quinta a dispensação da Lei, de Moisés a João Batista, (Rocha, 2011, Siqueira, 2013). Já na teologia adventista, a lei, desde e em todo o período do Antigo Testamento, tem como razão uma resposta à graça de Deus a favor do ser humano.

Diante disso, justifica-se analisar o texto de Deuteronômio 6:20-25, porque o mesmo demonstra ter o potencial de nos oferecer uma fundamentação bíblica, a fim de entender as bases para a obediência no livro em si. Essa análise proporcionará ainda melhor entendimento deste assunto em relação ao Antigo Testamento, o que é fundamental para compreender a função e validade da lei, também no período do Novo Testamento. Esta compreensão interfere assim na doutrina da Salvação, pois orienta como podemos e devemos nos relacionar com a obediência à lei nesse contexto.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, se faz importante estudar os ensinamentos a respeito da obediência no livro de Deuteronômio, já que nos oferecerá luz para compreender o texto de Deuteronômio 6:20-25, além de se fazer um estudo exegético deste texto, onde o próprio Deus orienta os pais, sobre o que dizer a seus filhos, a respeito do significado dos testemunhos, estatutos e juízos. Esse processo contribuirá para a compreensão das bases teológicas para a obediência em Dt 6:20-25.

O livro de Deuteronômio, como um ambiente de apresentação de leis, estatutos e juízos ao povo de Israel, nos oferece um local adequado para buscar respostas, de forma a entender as bases da obediência à lei no Antigo Testamento e sua relação com a graça. Mas ainda tendo em vista que o nome do livro de Deuteronômio é derivado da Septuaginta, por causa do seu conceito

e significado de “Segunda Lei”, e esta perícopes revela Deus oferecendo a seu povo os motivos que eles deveriam dar a seus filhos para que os mesmos obedecessem a sua lei. Entende-se que esse é um ambiente com aspectos teológicos suficientes para analisar as bases teológicas para a obediência à lei no livro de Deuterônomo.

1.4 Revisão Bibliográfica:

Diante da controvérsia a respeito da função da lei e das bases para a obediência no Antigo Testamento, discussão que se leva a outra, sobre a continuidade ou não dos mandamentos, a devida ligação entre o VT e o NT é fundamental para se defender a ideia de uma única forma de salvação ao longo da história e de se entender a relação da lei com a promessa (graça), e a obediência. Para House (2005, p.247), é fundamental se entender a relação da lei, em uma realidade muito mais ampla do que a do Êxodo, pois, segundo o mesmo autor, sem a lei, o restante das escrituras deixa de ter fundamento. Rad (2006, p.754) ainda exalta que Jesus, com sua pregação de morte e ressurreição, ofereceu uma nova maneira de compreender o Antigo Testamento, se comparado ao Judaísmo dos escribas ou da seita de Qumran. Rad (2006, p. 754) defende que o AT não era mais lido apenas sob o aspecto da lei que a tudo dominava, mas agora o da salvação, isto é, “lia-se no AT uma revelação divina, que precedia a aparição de Cristo, e que estava cheia de indicações da vinda do Senhor”. Por esta razão, Rad (2006, p.755) sustenta que uma das formas especiais de se compreender o Antigo Testamento é a interpretação tipológica, onde o Novo Testamento entende o Antigo Testamento, como predição de Cristo.

A ligação entre o AT e o NT é tão ampla, na visão de House (2005, p. 688), que esse autor mostra que “as ações como evangelismo, discipulado e implantação de igrejas foram estabelecidas e extraídas, com base no AT, que eles consideravam ensinamentos da palavra de Deus”.Hasel (2005, p. 374) defende que a afirmação do NT, de que Jesus é o Messias, implica em uma unidade da história, sob um único plano divino de Salvação.

A compreensão da teologia do Antigo Testamento é fundamental dentro do objetivo de entender a função da lei e do texto de Dt 6:20-21. O grande debate

sobre as diferenças de teologias entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento, sobre a continuidade ou não, entre estes dois grandes blocos da Bíblia e a resposta a este conflito têm servido de base não apenas para a compreensão da lei no AT, como também para a sua aplicação dentro do ambiente do NT. Neste aspecto, encontra-se um impasse, pois, analisando os estudos nesta área, percebe-se, segundo House (2005, p. 16), que não existe harmonia entre os estudiosos sobre a maneira de entender a teologia do AT.

Fazendo uso dos autores disponíveis na história da interpretação de Deuteronômio 6 a 8 em Fuhrmann (2010), podemos perceber uma visão diversificada de vários autores em relação a abordagem e teologia de Deuteronômio e até mesmo uma crítica recorrente de sua autoria Mosaica, o que não será exaustivo neste artigo, visto como o mesmo rejeita o uso crítico histórico e aceita a veracidade e confiabilidade do texto bíblico, de forma incondicional.

Outro problema é que, mesmo entre os teólogos que creem que o AT faz parte da teologia cristã, eles se dividem ao dizer o que o AT ensina para a igreja (HOUSE, 2005, p.116). Mas apesar de reconhecer a divergência de opiniões a respeito da teologia do AT, é importante realçar a visão de teólogos históricos como Martinho Lutero e Calvino, que “interpretavam o AT como um documento teológico intimamente ligado ao NT” (HOUSE, 2005, p. 14) e que, de acordo com House (2005, p. 687), a definição do caráter de Deus, a descrição de suas ações, e do plano para o povo de Deus são elementos que revelam que o Deus do AT é também o Deus do NT. Este conceito é importante na definição da teologia do AT e da compreensão da lei em Deuteronômio, pois, se Deus não muda, e se o Deus do AT é o “mesmo Deus do NT”, então isto serve de base sólida para entender a função da lei em termos gerais, e não apenas de forma específica a um período de tempo ou limitada a um grupo de pessoas.

Ao estudar, de maneira mais profunda e específica, os aspectos da teologia do AT, pode-se perceber também uma visão de graça surpreendente, e isto, pode-se atestar pela visão de autores consagrados que debateram o tema, apesar de os mesmos não fazerem uma ligação completa do uso dos conceitos do AT como a lei em relação ao povo de Deus no NT.

O renomado autor Von Rad (2006, p. 366) defende que, desde os tempos mais antigos, Israel celebrou Javé, como aquele que propicia a seu povo o dom universal da Sua justiça e, essa justiça outorgada a Israel, é sempre um dom

salvífico. Ele ainda afirma que “é óbvio que essa justiça imputada por Javé pode ser perdida, seja por comportamento ou por atos ofensivos à comunhão com Javé, pois, de acordo com o mesmo, quando Javé se irrita, então nesse caso, depende do ser humano confessar a sua falta e fazer a contrição” (RAD, 2006, p. 368).

Outro autor que contribui nesta discussão é Kaiser (1982, p. 64). Para ele, o Sinai era uma implicação e uma resposta natural à graça de Deus, manifestada na promessa, especialmente na representação da salvação nos próprios eventos do Êxodo. Rad (2006, p. 371) também defende que, se Deus quisesse entrar em juízo com o povo, ninguém seria tomado como justo. Vemos em Deuteronômio 9:4-5: “Não é por causa da tua justiça, nem pela retidão do teu coração que entras a possuir a sua terra... para confirmar a palavra que o Senhor teu Deus jurou a teus pais”, assim o conceito de injustiça própria, já estava estabelecido ao povo receber os benefícios da aliança. Diante do fato que a justiça humana é como trapo de imundícia (Is 64.5). Para Von Rad (2006, p. 371), esses textos não eliminam, a princípio, que fosse possível algum tipo de justiça humana, mas apenas contesta que a fidelidade à aliança, de que o ser humano dar provas diante de Javé, tivesse valor de uma compensação adequada, que legitimasse a afirmação de ser tido como justo por Javé. Afinal, também isto foi dito por Daniel: “Não lançamos as nossas súplicas perante a tua face fiados em nossas justiças, mas em tuas muitas misericórdias” (Dn 9:18).

Uma sequência de eventos é apresentada por Fuhrmann (2010), como uma possível evidência, de uma estrutura de graça nas bases de credo do povo israelita, em que começa com a libertação do Egito, depois a direção de Deus a seu povo em direção à terra prometida de Canaã, as promessas feitas por Deus aos ancestrais, a forma como Deus guiou o seu povo ao longo do deserto e, finalmente, a revelação no Sinai que incluía a Sua lei, seguindo esta ordem. Desta forma, a lei era uma experiência final depois de uma série de ações divinas.

O teólogo Rad (2006, p. 226) defende que, mesmo quando encontramos imperativos como: “fazei isto [...] e vivereis, [...] e sereis bem sucedidos, [...] e entrareis na terra”, “a grande oferta de salvação não é eliminada de modo algum, como se o Deuteronômio passasse a ensinar um caminho legalista”. O autor entende que, ainda nestes casos, estas orientações são precedidas da

proclamação da eleição e do amor de Javé. Israel deveria assim usufruir de uma realidade já alcançada, vivê-la através da obediência e em atitude de gratidão. Não haveria nada mais insensato do que Israel permitir que essa revelação se tornasse de novo um problema. É interessante também a perspectiva deixada por Rad (2006, p. 227), que “Israel ainda se encontra entre a eleição e a sua salvação propriamente dita, ainda em caminho, ainda na expectativa dos grandes benefícios salvíficos”, “porque até agora não entrastes no descanso e na herança que vos dá o Senhor vosso Deus” (Dt 12:9).

Ainda no conceito da graça, mas analisando a lei em si, vemos no estudo do tema da Salvação que Blazen (2011, p. 305-352) nos mostra a aliança Sinaítica, em que o texto de estudo desta monografia está inserido, como estando dentro do contexto da redenção do cativo egípcio, sendo a mesma aliança de graça e uma reiteração das principais ênfases da aliança Abraâmica. Mais uma vez vemos questionado o conceito apresentado pelos estudos dispensacionalistas, que coloca neste evento o início de uma forma legalística de salvação. Para Kaiser (1982, p. 64), mesmo a lei em si era considerada uma dádiva da parte de Deus, assim como a promessa, como exaltada pelos salmistas (Sl 1:2; 19:7-11; 40:8; 119). Moisés também expressou isso, quando perguntou de forma retórica: “Que grande nação há que tenha deuses tão chegados a si como o Senhor nosso Deus?”, ou “Que grande nação há, que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho?” (Dt 4:7-8.).

É interessante que, mesmo sendo um autor considerado liberal; ao analisar de maneira específica os mandamentos, Rad (2006, p. 817) contesta a ideia de que a proclamação dos mandamentos colocava Israel em uma situação “legalista” diante de Deus. Segundo ele, “o recebimento dos mandamentos foi precedido pela eleição por Javé e, por essa eleição, Israel se tornou o povo de propriedade de Javé.”

Ainda dentro deste contexto, Rad (2006, p. 818) frisa que, “assim como ninguém vai querer afirmar que Paulo tornou “ser cristão” algo legalista por insistir de forma rigorosa em certas separações e limites (1Co 5.5; 16.22; cf. At 8.20), assim também a comunidade primitiva entendia que tinha uma lei e se submetia a ela”. Rad (2006, p. 819) chega a defender que Deuteronômio “é o livro do AT que fornece os argumentos de maior peso contra a ideia de que o

Israel mais antigo teria entendido a sua relação com Deus de uma forma legalista, pois ela é, em essência, uma vigorosa renovação da antiga oferta de salvação feita a Israel". Para o autor, "a preocupação não é que Israel possa eventualmente ser muito exigido pela lei, de forma a que não consiga cumpri-la, mas antes saber se Israel vai realmente querer cumpri-la." O autor parece mostrar que o problema não estaria em se eles conseguiriam cumprir a lei, mas se eles, ao menos, buscariam, de verdade, estar em harmonia com ela.

Um argumento que se mostra bem coerente ao analisar a função da lei, seja no AT ou mais especificadamente em Deuteronômio, é a apresentação de Kaiser (1982, p. 65), que diz que a promessa (graça) não militava contra a lei de Deus por algumas razões como: (1) A promessa e a lei foram dadas pelo mesmo Deus que fez as alianças; (2) A lei não era um código legalístico para merecer a salvação, mas um meio de se manter comunhão com Deus, ou seja, não era a base desta comunhão (3) A lei exigia um padrão de vida santo e igual ao caráter do próprio Deus, mas também oferecia provisões para cobrir as faltas sob aquela lei, através do perdão e da expiação pelo pecado (4) O contexto para toda e qualquer exigência da lei era o ambiente da graça: "Eu sou o Senhor vosso Deus que vos trouxe da terra do Egito.

Para entender melhor a visão defendida por um ramo da teologia, que considera que a lei foi dada no AT como um meio de salvação, podemos ir ao conceito das dispensações nos períodos bíblicos, defendido por autores como Conceição (2002), que desenvolve a ideia de vários pactos ao longo deste período, que revelava a forma como Deus salvaria o seu povo.

Este formato começa com o pacto edênico, feito com Adão. Depois disso, acontece o pacto adâmico, que é feito com Adão e Eva depois de sua desobediência. Depois acontece o pacto com Noé, que é firmado logo depois do dilúvio, passando-se ao pacto com Abraão, o qual foi confirmado a seu filho Isaque, seu neto Jacó. E agora chega-se àquilo que mais diretamente afeta o estudo desta monografia, que é o que o autor chama de pacto mosaico, que é feito com Moisés depois do Êxodo, continuando com o pacto palestino, feito com Israel em Deuteronômio 30.1-10. Após isso, chega-se ao pacto dravídico, e terminando com o Novo Pacto ou a Nova Aliança, que, segundo o autor, corresponde ao período que seguirá à manifestação de Cristo. A compreensão da quinta aliança como a dispensação da lei é vista por parte do mundo

evangélico como um período que Deus salvou as pessoas, não com base na graça, porém, na obediência da lei, justificando assim que a vinda de Cristo foi também uma forma de oferecer uma forma nova de salvação.

Vale observar que a ideia da salvação pelas obras, presente ainda que indiretamente na teologia da dispensação, é desenvolvida também em outras obras, onde a lei no Antigo testamento é apresentada, seja como assunto principal ou periférico.

Vemos essa ênfase no autor Narramore (1979). Ao buscar exaltar a forma como Cristo nos disciplina pela graça no Novo Testamento, esse autor faz um contraste com o Antigo Testamento, colocando a lei como o sistema mais evidente no AT e que as bênçãos estavam primariamente condicionadas à obediência a este sistema. Esta linha de interpretação é compartilhada por autores como Almeida (1998), que expõem no ambiente evangélico, que o uso da lei nos dias modernos traria uma obrigação de voltar a todo o sistema cerimonial do Antigo Testamento.

O dispensacionalismo, uma vez foi conhecido como darbyismo, devido a John Nelson Darby (1800-1882), que defendia, entre outras coisas, três pilares: 1º que a Lei não seria para hoje; 2º o arrebatamento pré-tribulacionista; e 3º a dicotomia Igreja/Israel. Para ele, a aliança com Moisés condena todos os homens (Rm. 3.23; Êx 19.1-25), a dispensação da Lei ou Israelita foi do Monte Sinai ao Monte Calvário e a dispensação da Graça ou da Igreja do Calvário ao arrebatamento. De acordo com ele, o Novo Testamento (Rm 3.20) diz que a lei não era meio de justificação, mas sim, de condenação.

Os conceitos acima defendidos por grupos dispensacionalistas e outros podem ser contrapostos pelas palavras de Kaiser (1982, p. 120), que defende que “a forma da lei moral, como se acha principalmente nos Dez Mandamentos (Êx. 20:2-17; Dt. 5:6-21), era esmagadoramente negativa, mas que isto, porém, nada tinha a ver com o tom ou o alvo daquela lei”. Outro argumento dentro dessa discussão é de Rad (2006, p. 819), quando diz que Israel fracassou na atuação salvífica de Javé. O pecado de Israel consistia em desprezar os esforços de Javé para guiá-lo, e os dons do seu Deus, e que não foi em relação à lei que Israel fracassou, mas em relação a vontade salvífica de Javé.

O autor Rad (2006, p. 819), defende que Amós confronta as infrações (Am 2.6-8), com os benefícios de Javé na história da salvação (Am 2.9-12), e em

Isaías o principal obstáculo parece mesmo ser, sobretudo, a falta de fé”, ou seja, o povo de Jerusalém não aceitou “a oferta que Javé lhes fazia se refugiar nele, não “olharam” para Javé: é esse o pecado que não lhes será perdoado” (RAD, 2006, p. 823).

Um contraponto direto em relação ao dispensacionalismo e que vale a pena ser lido de forma direta pela sua profundidade se encontra em Pink:

Os santos do Antigo Testamento eram os sujeitos a mesma aliança eterna, tinha o mesmo Evangelho abençoado, foram gerados para a mesma herança celestial, dos santos do Novo Testamento. De Abel em diante, Deus tem lidado com os pecadores em graça soberana, e de acordo com os méritos do trabalho redentor de Cristo, que foi retroativo em seu valor e eficácia (Romanos 3:25, 1 Pedro 1:19,20). [...] O mesmo Evangelho foi pregado a Abraão (Gálatas 3:8), sim, para a nação de Israel, depois de terem recebido a Lei (Hebreus 4:02), e, portanto, Abraão exultou por ver o dia de Cristo e ficou feliz (João 8: 56)[...].” Moisés "recusou ser chamado filho da filha de Faraó... E estimou o opróbrio por Cristo de maior riqueza, do que os tesouros do Egito" (Hebreus 11:24-26). Exclamou Jó, "Eu sei que o meu Redentor vive ... em minha carne verei a Deus" (19:25,26). Quando Jeová proclamou seu nome a Moisés, Ele se revelou como "o Senhor, o Senhor Deus, misericordioso e piedoso" (Êxodo 34:5-7) (PINK, 2011, p. 18).

Segundo Rad (2006, p. 830, 831), os profetas foram os que pregaram a lei com mais dureza, mas não se pode culpá-los por Israel ter falhado. Para este autor, a ideia de que o Luteranismo antigo quase elevou a uma posição de verdade canônica, que a lei de Deus moveu Israel a um zelo legalista cada vez mais rigoroso e, de que justamente esse culto à lei, e o ardente desejo que esse culto desperta pela verdadeira salvação deveriam preparar Israel para Cristo, não tem fundamento no Antigo Testamento. Rad (2006) até entende que em algum momento Israel desenvolveu a ideia de buscar a sua salvação no cumprimento minucioso dos mandamentos, que isto aconteceu em algum momento difícil de se responder com precisão, mas que, especialmente, não foi

culpa da lei em si. Para Kaiser (1982, p. 119), se alguém duvida que a graça esteve no primeiro plano da lei, deve refletir detalhadamente na sequência do Êxodo, a viagem ao Sinai, a graça de Deus para com Israel ao longo das peregrinações e Seu perdão àqueles idólatras e sexualmente depravados, que prestavam culto ao bezerro de ouro.

A miraculosa libertação que Deus fez a Israel, tirando o povo da escravidão no Egito, das mãos de um dos maiores monarcas de todo o mundo e, então, a apresentação que Deus usa deste seu feito como evidência de seu poder e seu direito sobre Israel, é apresentada por Nichol (1798) como uma demonstração em que Deus também está deixando claro, que sua obra de salvação implica, que deve-se ter como parte deste processo uma libertação do pecado. Este conceito se encaixa com a perspectiva apresentada na Bíblia, tanto no Êxodo quanto em Deuteronômio, na apresentação do decálogo. Em Êxodo 20:11, Deus, ao apresentar o sábado, exalta seu poder criador; como ele fez tudo o que há no mundo e, em Dt 5:15, ao ser relatado o mandamento do sábado, agora é exaltado o poder libertador de Deus, em tirar o seu povo do Egito. Assim, tanto a ação criadora como a ação libertadora de Deus, é a grande razão e motivação para a obediência do povo de Israel à lei e, ao dia sagrado; o sábado.

Segundo House (2005, p. 224), a terminologia da aliança que permeia o livro de Deuteronômio diz que o âmago da mesma não é a obediência forçada, mas o amor, onde os mandamentos fluem deste amor, que fluiu do próprio caráter de Deus.

É de se reconhecer que existe, em alguns momentos, ao menos uma aparente tensão no uso da lei como hora de forma deleitosa e outra de forma oposta, como se a mesma fosse uma fonte de terror. Isto é discutido por Fairbairn (1868), que traz passagens como a dos salmos: “Oh, como eu amo a tua lei! Ela é a minha meditação o dia todo” Sl 119:97, ou “Eu nunca vou esquecer os teus preceitos, para com eles tu me vivificado” Sl 119:93; “muita paz têm os que amam a tua lei, e para eles não há tropeço” Sl 119:165. De outro lado existe outro conjunto de passagens desta forma: “A lei opera a ira” Rm 4:15, “pela lei vem o pleno conhecimento do pecado” Rm 3:20, “a força do pecado é a lei” 1Co 15:56; referindo-se claramente à lei no sentido mais estrito. Também existem citações, onde parece que o apóstolo designa a lei como: “ministério da condenação e da morte” 2Co 3:7,9; assim o autor defende a necessidade de uma análise, de como

harmonizar passagens com ênfases aparentemente tão contrárias; o que é importante para se entender a relação da lei com a graça, e a obediência, no AT; e assim também a compreensão das bases teológicas para a obediência.

De acordo com Rad (2006, p. 216), o livro de Deuteronômio é onde se encontra, de forma mais ampla e profunda, o sentido dos mandamentos; apesar de que é importante lembrar que Rad afirma ainda que “Deuteronômio é a interpretação da vontade de Javé, apenas para uma determinada época e do ponto de vista histórico, para um período já bastante tardio”. Assim apesar de vários pressupostos liberais, podemos encontrar em Rad muitos conceitos relevantes na compreensão tradicional do quinto livro do Pentateuco e da lei no AT, como quando Rad (2006, p. 220) diz que Israel era uma pequena nação sem algo grandioso em si e, que a escolha de Deus por usá-la, foi baseada somente no amor dele (Dt 7:7-9), “desta forma, os termos aliança e amor de Deus revelam-se como sinônimos e expressam uma dimensão teológica do livro de Deuteronômio”.

De acordo com Rad (2006, p. 222), em Deuteronômio, “o primeiro e principal será o mandamento fundamental de amar a Javé, de todo o coração, de toda a alma e com toda a força (Dt 6.4s). Tudo mais é consequência automática”. De novo constatamos que a gratidão e corresponder ao amor eram a motivação para o cumprimento dos mandamentos. Rad (2006, p. 225) ainda afirma que “no centro do Deuteronômio, está a doutrina, isto é, o esforço para fazer Israel ouvir, a qualquer custo, a revelação da vontade de Javé. No entanto, a obediência exigida não é, de modo algum, condição da eleição”. De acordo com Rad:

É impossível, pois, compreender os mandamentos do Dt, como “lei”, no sentido teológico do termo, como se o Dt, orientasse Israel a buscar merecer a salvação, através de um engajado desempenho na obediência. Pelo contrário, todos os mandamentos do Dt, nada mais são, que uma grande explicação do mandamento de amar Javé, e de apegar-se a ele exclusivamente (Dt 6.4s). E esse amor é a resposta de Israel ao amor que Deus lhe dedica (RAD, 2006, p. 225).

Podemos completar o pensamento deste autor a respeito deste assunto usando sua citação que diz: “O cumprimento dos mandamentos, como já vimos,

não constitui nunca um fardo que o ser humano, no máximo, suportaria em parte. Foi sempre, pelo contrário, um ato de confissão” (RAD, 2006, p. 369).

Zuck (2009, p. 77) defende a importância de entender a relação de Israel como o vassalo recebedor do concerto, e o propósito divino no documento representado como o Soberano, Redentor, fazedor do concerto, e benfeitor do vassalo, conforme características essenciais dos tratados hititas unilaterais. O autor também sustenta a ideia de Deuteronômio apresentando a Deus como gracioso, “que faz promessas incondicionais aos pais e a Israel (Dt 1:8,11; 3:18,20-21; 4:31; 6:10; 7:8; 9:5,27,28; 10:15; 11:9,21; 28:9)” (ZUCK, 2009, p. 81).

De acordo com Thompson (1982, p. 68), “o estudo de Mendenhall deixou claro que as formas históricas e a linguagem dos antigos tratados haviam sido adaptadas para expressar a relação que Israel tinha com Deus”. A aliança mosaica mostrava Deus como um poderoso Rei, que entrava em aliança com Israel, de uma forma em que eles desenvolviam uma relação, Dele se tornando seu Deus e eles se tornando Seu povo. Boa parte da linguagem aliancista do Velho Testamento é paralela, etimologicamente ou semanticamente, à linguagem dos tratados seculares. “Javé é apresentado como Rei, Senhor, Juiz e Guerreiro, ao passo que Israel é retratado como um servo, cuja obrigação é ouvir e obedecer”. De acordo com o pensamento de Thompson (1982, p. 122), ao “Deus entrar em aliança consigo e impor sobre a nação para seu próprio bem, as obrigações da aliança [...], os mandamentos, deveriam ser a provisão graciosa, e não um peso a ser carregado, de um guia para uma vida feliz feita por um Soberano benevolente.”

A ideia do Deus que escolhe um povo pequeno e indigno é sustentada por Zuck:

Outro dos atributos de Deus, particularmente pertinentes a Deuteronômio, como texto do concerto o amor. Ele escolheu este povo para ser a sua propriedade especial, não porque eles eram grandes ou poderosos — pois não eram nada disso — mas porque Ele os amou (7.7,8). Quer dizer, a escolha e o amor são mutuamente definidos, e resultam em salvação e concerto (ZUCK, 2009, p. 82).

Segundo Zuck (2009, p. 83), “A ênfase em Deuteronômio está no concerto com Israel [...] A chamada para Israel não é para encher a terra criada, mas para ocupar uma terra. O papel do senhor não é de criador, mas de redentor e

iniciador do concerto”. (Dt 5:6,15; 6:12,21-23;; 9:26,29; 13:5,10; 15:15; 16:1; 24:18; 26.8). Este foco de Deus, na função de redentor, cria uma clara dificuldade, para a teologia que entende uma visão legalista tanto de Deuterônomo, quanto do AT, ao entender os mesmos como apresentando leis que eram um meio de salvação.

O estudo de Deuterônomo 6:20-25, como Deus convidando Israel a uma resposta de graça, é visto diretamente pelo autor Vassiliadis (1988) como uma ênfase especial em Deuterônomo como sendo, primeiro: uma revelação não ontológica, mas funcional de Deus ao Seu povo, assim o Pai se dá a conhecer ao Seu povo escolhido e, através deles, ao mundo inteiro, mostrando o que Deus tem feito em suas vidas. O autor também desenvolve, em seu artigo, que o livro de Deuterônomo, e de forma mais específica o capítulo 6:20-25, apresenta a salvação de uma forma muito concreta, ou seja, a salvação ela tem a ver, principalmente, com a libertação da escravidão e que uma das características mais marcantes do Deuterônomo é que a teologia da lei de Israel foi determinada por sua teologia da história.

Pode-se mais uma vez entender que, quando Deus apresenta a lei diante de Israel, o mesmo traz um histórico de libertação, onde Israel vai tirar sua principal motivação para obediência. O conceito de que no livro de Deuterônomo a lei é dada dentro da perspectiva de uma primária ação histórica de Deus por seu povo é reafirmada por Willoughby (1977, p. ???), quando ele usa 1Jo 4:19, que apresenta a mensagem de que: “Nós amamos porque Ele nos amou primeiro”, e reafirmada quando o autor desenvolve a ideia de que Deus manifesta o seu amor por nós, através da história, para depois estudar a razão e função da lei, apresentada no livro de Êxodo, e recontada em Deuterônomo.

Um aspecto importante na perícope de Deuterônomo 6:20-25 é a forma como Deus convida o seu povo a apresentar o porquê dos estatutos a seus filhos. Diante disto, Christensen (2002) explica como o povo de Israel foi instruído a usar a pergunta que, possivelmente, seria feita pelos filhos de Israel sobre o motivo de obedecer a Deus. Esse momento seria uma oportunidade para os seus pais apresentarem a mensagem que as razões são encontradas na história do Êxodo e da escravidão no Egito. O autor mostra como a continuidade da aliança depende da transmissão da relação para cada nova geração. O autor Hugues (2001), exalta que, em resposta a uma pergunta de um filho, as grandes

verdades sobre Deus eram para ser ensinadas, como forma de Israel lembrar a sua redenção, e não repetir os erros do passado no deserto, o que o coloca como mais um autor defendendo o aspecto da redenção como ponto primário na apresentação da lei a Israel.

Para compreender a função da lei, Veloso (2011) apresenta um importante estudo, exaltando que, o propósito dos mandamentos, não é resolver o problema do pecado, que só pode ser resolvido através do sangue expiatório de Cristo. Assim, segundo o autor, a lei desde o Éden, a sua definição no Sinai, teria como o propósito de mostrar o tipo de vida que Deus quer que seu povo viva, em gratidão, fé e obediência.

Na visão de Mcconville (1993, p. 64) existe uma compreensão errada da questão, se a lei ou a graça é mais predominante em Deuteronômio, já que, segundo o mesmo, as notas de aviso (lei) e as das promessas (graça) estão sutilmente entrelaçadas e, assim, são dois polos de uma única mensagem. Indo mais além, Mcconville (1993, p. 155) considera que o uso de Paulo (em Rm 9-16 de Dt 30:12-14) se encaixa com a teologia da graça do apóstolo, porque ela leva, em si mesmo, a compreensão de justiça como um presente de Deus e a guarda dos mandamentos como uma exigência alcançada pela fé (ele exalta ainda o conceito de circuncisão do coração em Deuteronômio). O autor defende que Deuteronômio está longe da ideia de que a justiça pode ser alcançada pelas obras, mas que a compreensão do livro, da fraqueza de Israel em guardar a aliança, está em acordo com a visão Paulina, que precisamos da salvação de Deus, que está separada da observação da lei segundo ele.

Outro aspecto importante da discussão de Deuteronômio por Mcconville (1993, p. 157), é que o autor toma Romanos, um livro que exalta a justificação pela fé, e traz um conceito revolucionário ao compará-lo “com Deuteronômio no sentido de como a salvação era entendida”. Mcconville (1993, p. 160) entende que o “Deuteronômio lançou as bases para grande parte da teologia bíblica, com a sua poderosa rede de conceitos: que envolve toda a história da eleição e a promessa de consumação”. Apresentando outra posição importante dentro desta discussão, Hasel (2005, p. 357, 364) diz que a ideia de uma teologia de salvação, diferente da que sugere que “o significado total do Antigo testamento é o novo”, parece apoiar o conceito de descontinuidade de Bultmann que, em sua teologia liberal, desenvolve conceitos não aceitos pelos próprios defensores de teologias

como a da dispensação. Tudo isso torna ainda mais coerente uma visão de unidade e continuidade.

O desenvolvimento de toda a abordagem tratada até aqui também é defendida no Manual de Exegese, de autoria de Fee e Stuart (2008), que apresenta a ideia que, ao se estudar o AT, é importante fazer um estudo do contexto histórico e literário. Segundo os mesmos autores, o Antigo Testamento é historicamente orientado, de forma que seu desenvolvimento e organização tenderão, de forma geral, a corresponder a história de Javé e sua orientação com seu povo.

1.5 Metodologia:

Este trabalho vai se utilizar primária e essencialmente do método gramático-histórico, buscando entender o significado dos dados bíblicos encontrados em Deuteronômio, reconhecendo-o como escritura e autoridade máxima, utilizando-se de métodos extraídos da própria escritura para entender o que Deus pretendia, como a forma como Ele apresentou a lei a Israel em Dt 6:20-25 (DAVIDSON, 2011). Compreendendo a unicidade das partes bíblicas, o objetivo do uso deste método é alcançar uma referência das bases teológicas para a obediência da lei, no Antigo Testamento e, especialmente, em Dt 6:20-25, de forma a construir cronologicamente e teologicamente, o tema da lei e graça no AT e suas possíveis consequências para a teologia moderna (DAVIDSON, 2011). Sendo assim, este trabalho aceita a visão tradicional a favor da autoria mosaica do livro de Deuteronômio.

Utilizando-se dos recursos hermenêuticos do método gramático-histórico, será feita uma análise do contexto histórico da perícopa de Dt 6:20-25, para se reconhecer o impacto que possa existir na constituição e aplicação posterior da mensagem dos versículos. Em continuidade, será feita uma análise dos limites da perícopa para se chegar a uma unidade completa, de forma a alcançar toda a mensagem presente nos versículos propostos. A seguir, será feita uma tradução própria do texto da perícopa, levando-se em conta o objetivo do trabalho, que é o de entender as bases teológicas da obediência à lei.

Será também levada a cabo a tarefa de compreender a relação da perícopa com o capítulo como um todo, buscando-se perceber alguma contribuição para a perícopa. Será feita uma crítica textual dos versos propostos para a

compreensão da completa fidedignidade do texto; e uma análise de termos importantes será feita a fim de conhecer, de forma profunda, a riqueza de significado que eles irão oferecer para a teologia do texto.

Também será feita uma observação intertextual da passagem com o restante das escrituras para possível contribuição com sua teologia e uma análise breve do tema com outras passagens no livro de Deuteronômio ou mesmo na Bíblia Hebraica, de forma a contribuir com a compreensão final da exegese de Dt 6:20-25 (STUART; FEE 2008).

2. EXEGESE DE DT 6:20-25

2.1 Características Gerais do livro de Deuteronômio:

O livro Deuteronômio é conhecido entre os judeus pelas primeiras palavras no livro “*Devarím*”, que significa “palavras”, sendo que o título que utilizamos vem da LXX [*δευτερονόμιον*] e significa “a segunda lei ou repetição da lei” (NICHOL, 1978) que é uma alusão ao fato de que Deuteronômio é a repetição de uma grande parte da lei e da história do Tetrateuco, ou seja, os quatro primeiros livros da Bíblia (Weinfeld, 2008). Deuteronômio é um dos quatro livros do Antigo Testamento mais citados por Jesus e por seus escritores do Novo Testamento, o que acontece cerca de 85 vezes, em 21 livros do NT (GINGRICH, 2000, p. 5).

Em relação à sua autoria, segundo Nichol (1978), o testemunho tradicional, é esmagador em reconhecer a autoria de Moisés, que é questionada apenas pela academia moderna. Essa autoria mosaica é atestada por evidências internas do livro, que apontam para Moisés como o autor (Dt 1:1,5,6,9; 5:1; 27:1; 29:1,2; 31:1,9,24), e pelo testemunho de Jesus e de escritores do N.T, que também apontam Moisés como o autor do livro (Mt.19:7,8; Mc 12:19; At 3:22; e (1Co 9: 9), de acordo com Gingrich (2000, p. 3).

Deuteronômio é um livro histórico, legislativo e exortatório; composto de quatro discursos, que passam por preleções de orientação para obedecer a lei, recapitulação da lei como base na aliança entre Deus e Israel, as bênçãos e maldições e a entrega, por Moisés, de seu cargo de liderança (NICHOL, 1978). Os discursos de despedida, em Deuteronômio, estão ligados a uma cerimônia de sucessão, ligada pela Aliança, cerimônia essa atestada no Império Assírio, nos tratados Vassalos (Weinfeld, 2008, p. 4). Sobre esse aspecto característico de Deuteronômio, afirma Gingrich:

O livro em sua forma literária segue de perto a forma de tratado secular (aliança secular), dos documentos do tempo de Moisés. Estes documentos de tratados tinham, e Deuteronômio tem, (1) um preâmbulo, (2) um prólogo histórico, (3) um conjunto de estipulações, (4) uma seção que trata da ratificação do tratado, e (5) uma seção que trata da perpetuação. Neste contexto, “Israel entrou em relação de aliança com Deus, Deus sendo o suserano, e Israel ser o vassalo” (GINGRICH, 2000, p. 4).

O livro de Deuteronômio foi escrito quarenta anos depois que Deus libertou os Israelitas através do Mar Vermelho, de muitos anos de escravidão no Egito (Gingrich, 2000, p. 4). Depois destas coisas, Israel havia sido condenado a rodar cerca de 40 anos no deserto, por causa de sua rebeldia ao longo do caminho, sendo que antes de Israel entrar na terra de Canaã Moisés faz um discurso que constitui o livro de Deuteronômio. Esse é um livro, que teve grande influência sobre os Hebreus, de forma que se tornou, “a chave fundamental de sua devoção religiosa (NICHOL, 1978), e é apresentado, como um discurso de despedida entregue por Moisés pouco antes de sua morte” (Weinfeld, 2008, p. 4).

Como meio de se alcançar uma visão geral do livro de Deuteronômio, é apresentado abaixo o esboço de Nichol (1978), presente logo antes do autor iniciar seus comentários de Dt 1:1:

Esboço

- I. Título e Introdução, 1:1-5.
- II. Primeiro Discurso: Anúncio da Deposição de Moisés, 1:6 a 4:43.
 - A. Eventos do Sinai até Canaã, 1:6 a 3:29.
 - B. Admoestações e exortações para guardar a lei, 4:1-40.
 - C. Nomeação de cidades de refúgio, 4:41-43.
- III. Segundo Discurso: Uma Revisão da Lei, 4:44 a 26:19.
 - A. Introdução, 4:44-49.
 - B. O Decálogo a base da aliança, 5:1-33.
 - C. Exortações à obediência, 6:1 a 11:32.
 - D. O Livro da Aliança, 12:1 a 26:19.
- IV. Terceiro Discurso: a bênção e a maldição, 27:1 a 28:68.
 - A. Introdução, 27:1-13.
 - B. As maldições, 27:14-26.
 - C. Bênção e maldição, 28:1-68.
- V. Quarto Discurso: A aliança em Moabe, 29:1 a 30:20.
 - A. Breve revisão de eventos do Egito até Canaã, 29:1-9.
 - B. Exortação para manter a lei, 29:10-29.
 - C. Promessa de misericórdia, 30:1-10.
 - D. A aliança no coração, 30:11-20.
- VI. Estabelecida responsabilidades da liderança, 31:1 a 34:12.
 - A. Apelos de Moisés a Josué e todo o Israel, 31:1-29.
 - B. Canção de vitória de Moisés e admoestação de despedida, 31:30 a 33:29.
 - C. Morte de Moisés, sepultamento e epitáfio, 34:1-12.

2.2 Delimitação da perícopes:

A delimitação dos limites de um texto pode ser encontrada, entre outras formas, pelo próprio texto Hebraico da BHS, além de qualquer tradução

moderna. Também se pode utilizar as opiniões de eruditos da área para se chegar a um entendimento (STUART; FEE, 2008, p. 57). Esses recursos serão utilizados na análise abaixo:

Podemos começar esta análise observando que, no texto de Dt 6:20-25, o autor lança mão de um novo argumento ao iniciar o texto com a palavra “Quando”, a qual pode-se identificá-la como uma fórmula de passagem ou uma introdução a um discurso.

Outra evidência da unidade de Dt 6:20-25, como uma perícope, é a análise do texto da BHS e suas evidências de parágrafos por meio das divisões de leitura. Estes símbolos presentes antes do início de cada parágrafo tem no ׀ (setumá), uma identificação de um parágrafo fechado no hebraico (FRANCISCO, 2008, p. 176), sendo que, de acordo com Oesch (apud ARAÚJO, 2012), a redação da Torá seguiu o costume comum da antiguidade por meio do qual se utilizava estes símbolos de espaçamento, a fim de distinguir unidades maiores e subdivisões no texto. Diante disso, podemos entender que, diante do fato que antes do versículo 20 e depois do versículo 25, do capítulo 6 de Deuteronômio, encontramos o símbolo ׀ (setumá), temos aqui uma evidência interna da unidade e delimitação destes versos, evidenciando assim, a formação dos mesmos como uma perícope.

Também se percebe que o desenvolvimento do texto apresenta uma organização de ideias, que torna o texto de Dt 6:20-25 como uma unidade em si. De acordo com Gingrich (2000, p. 16), o texto de Deuteronômio 6, a partir do versículo 6 até o versículo 25, tem cinco exortações diferentes, como vemos nas citações abaixo:

1. A primeira exortação - "Ensinar as leis de Deus para os seus filhos" (Dt 6:6-9).
2. A segunda exortação - "Não se esquecer de Deus quando você prosperar, mas continuar temendo-o, e servindo-o" (Dt 6:10-13).
3. A terceira exortação - "Não ir após os deuses das nações em redor de vós" (Dt 6:14-15).
4. A quarta exortação - "Não tentar a Deus, mas diligentemente, guardar os seus mandamentos" (Dt 6:16-19).

5. A quinta exortação - "Explicar o significado, e o propósito dos mandamentos, para os seus filhos" (6:20-25)

De acordo com esta divisão de Gingrich (2000, p. 16), os versos 20 a 25 de Dt 6, representam uma exortação em si, oferecendo uma evidência para a confirmação destes conjuntos de versos, como uma unidade literária, com sentido completo. É interessante notar também, que Gingrich (2000, p. 16) em sua análise, segue uma paragrafação semelhante ao da BHS em Dt 6, e igual em relação ao verso 20-25 do mesmo capítulo, pois a BHS usa o ם (setumá) antes do v. 10, depois do v.15, no fim do v.19, e ao fim do v.25.

Os versos de Deuteronômio 6:7-9 e 6:20-25, são literalmente chamadas por Weinfeld (2008, p. 328), de “duas perícopes” que são chamadas de edificantes, e que servem como uma moldura, para a homilia em Deuteronômio 6:10-19, que contém referências ao Decálogo.

Fazendo uma análise de alguns comentários bíblicos, podemos ver que vários eruditos analisam Dt 6:20-25, como um bloco dentro do capítulo 6, reconhecendo assim direta ou indiretamente, a sua unidade literária, como vemos nos seis exemplos adiante: 1-Driver (1902, p. 96) “20-25 Os filhos de sucessivas gerações devem ser instruídos na origem e alcance da lei agora definida antes de Israel”; 2-Calvin(2002) “Deuteronômio 6:20-25”; 3-Lienhard, e Rombs(2001, p.286) 6: 20-25; 4-Walvoord, e Zuck(1983, p. 1:275) 6:20-25 “uma vez, Moisés lembrou seu público da necessidade crucial de passar adiante o pacto valores para seus filhos”; 5-Redford(2008, p.281) “Instruindo a próxima geração(Deuteronômio 6: 1-13, 20-25)”; e 6- Bratcher (2000, p.146) “Os versículos 20-25 são uma confissão dos poderosos atos de salvação de Deus em favor do seu povo. Esta é a forma de um credo em que os pais devem repetir a seus filhos por todas as gerações futuras”.

Diante dos argumentos acima apresentados, pode-se continuar esta exegese, reconhecendo no texto de Dt 6:20-25 um agrupamento natural do conteúdo, formando assim uma perícope.

2.3 A perícope dentro do capítulo seis e no livro de Deuteronômio.

Para o erudito Weinfeld (2008, p. 3), do capítulo 5:1 até o 11:32 de Deuteronômio existe um discurso parênese, que contém o Decálogo e o comando básico (*hamizwāh*, conforme Dt 6: 1) de lealdade, que tem por base os dois primeiros mandamentos do Decálogo. Weinfeld (2008, p. 328), coloca Dt 6:20-25 dentro da seção de fidelidade exclusiva para YHWH, que é composta por Dt 6:4 -25.

O autor desenvolve o conceito, que a seção acima apresentada, segue o Decálogo, e gira em torno de fidelidade exclusiva de YHWH, o que significa escrupulosa observância aos seus mandamentos. Ele defende que a seção é parte do "*mišwah*" (comando, instrução), que precede "as leis e os preceitos" (cf. Dt 6:1), e que estas "*mišwah*", abrem-se com a exigência básica para a fidelidade ao único Deus (*Shema*'), o que constitui, na verdade, uma atualização teórica, dos dois primeiros mandamentos do Decálogo. Weinfeld (2008) entende que esta seção começa com uma declaração de fé (6: 4-5), e continua com uma passagem didática (6:7), uma demanda de memorizar as palavras de YHWH (6:8-9), e diz também, que Dt 6:20-25, finaliza a seção, com uma ordem para orientar as gerações sucessivas.

O esboço de Gingrich (2000. p. 1), apresenta a estrutura do livro, em que segundo este autor, Deuteronômio em sua forma literária, segue de perto a forma de tratado secular (aliança secular de documentos antigos entre suserano-vassallos), dos documentos dos dias de Moisés, segundo o modelo abaixo:

XIV. O ESBOÇO DO LIVRO

- A. PREÂMBULO A ALIANÇA RENOVADO (1: 1-5)
- B. PRÓLOGO HISTÓRICO DA ALIANÇA RENOVADO (1: 6-4: 43)
- C. AS ESTIPULAÇÕES (LEIS) DA ALIANÇA RENOVADA (4: 44-26: 19)
 - 1. As prescrições conhecidos como "Os Dez Mandamentos" (capítulos 5)
 - 2. A estipulação conhecida como "O Grande Mandamento" (capítulos 6-11)

3. As prescrições conhecidas como "Os Mandamentos auxiliares" (capítulos 12-26)

D. A RATIFICAÇÃO DA ALIANÇA RENOVADA (CAPÍTULOS 27-30)

E. A PERPETUAÇÃO DA ALIANÇA RENOVADA (CAPÍTULOS 31-33)

F. A MORTE DO MEDIADOR DA ALIANÇA RENOVADA (CAPÍTULO 34)

Ainda dentro do esboço de Gingrich (2000, p. 16), Dt 6:20-25 é parte do subgrupo: A estipulação conhecida como "O Grande Mandamento" (capítulos 6-11), que é parte do grupo das "estipulações (leis) da aliança renovada. E estas estipulações contém 11 exortações, das quais, para se entender a perícopes de Dt 6:20-25, apresentamos apenas 5, como seguem:

I. A estipulação conhecida como "o grande mandamento" (capítulos 6-11)

- a) A primeira exortação - "Ensinar as leis de Deus para os seus filhos" Dt 6:6-9. O povo de Israel deve ter as leis de Deus em seus corações, e diligentemente ensiná-las a seus filhos.
- b) A segunda exortação - "Não se esquecer de Deus quando você prosperar, mas continuar temendo-o servindo-o" (Dt 6:10-13). Os Israelitas devem tomar cuidado, para que a prosperidade dada a eles como um presente, não fizesse que eles se sentissem autossuficientes, e não sentissem necessidade de Deus.
- c) A terceira exortação - "Não ir após os deuses das nações em redor de vós" (Dt 6:14,15). Deus é um Deus ciumento, e sua ira pode destruir os Israelitas, se eles adorarem, e servirem a outros deuses.
- d) O quarto exortação - "Não tentar a Deus, mas diligentemente guardar os seus mandamentos" Dt6:16-19. Os Israelitas não devem tentar a Deus (pô-lo à prova, faze-lo provar a Sua presença e Seu poder), mas devem guardar diligentemente os mandamentos de Deus, e então vê-lo cumprir suas promessas, feitas a eles.
- e) A quinta exortação - "Explicar o significado, e o propósito dos mandamentos, para os seus filhos" (6:20-25). Quando seus filhos perguntassem, o significado dos mandamentos de Deus, os Israelitas deveriam explicar que Deus graciosamente e poderosamente os tirara

da escravidão do Egito, para que pudesse trazê-los, para a terra da promessa. Que Ele lhes ordenara que o temessem, e guardassem os seus mandamentos, para o próprio bem deles, para que pudessem estar justos diante de Deus.

Depois de reconhecer que o livro de Deuteronômio, a “segunda lei”, é um livro de renovação da aliança, que registra a reiteração, clarificação, expansão, e a modificação das leis da aliança, feita por Deus com Israel no Monte Sinai, quarenta anos antes, Gingrich (2000) apresenta Dt 6:20-25, como um bloco de exortações, que busca valorizar a lei e o relacionamento do povo com Deus. Sendo que, no texto de Dt 6:20-25, Deus orienta seu povo a “explicar o significado e o propósito dos mandamentos para os seus filhos”.

Observando a estrutura dos esboços abaixo, percebemos que na opinião de vários escritores, a perícope de Dt 6:20-25 ,encontra-se dentro de uma estrutura de recomendação, motivação, e fidelidade à lei, apresentada pelo capítulo, e de alguma forma presente ao longo de vários blocos no livro.

Para Walvoord e Zuck (1983, p. 260), Dt 6:20-25 engloba um bloco de “grandes comandos e avisos (caps. 6-11)”, dentro de um bloco mais amplo de obrigações da aliança, de acordo com seu esboço abaixo:

O segundo orientação por Moisés: obrigações da Aliança (4: 44-26: 19)

- A. Recapitulação da lei em Horebe (4:44-5:33)
- B. Os grandes comandos e avisos (Capítulos 6-11)
- C. O código de leis específicas (12:1-26:15)
- D. A declaração de compromisso (26:16-19)

Já Nelson (1997, p. 325) chama o bloco mais amplo de “ensaio da Lei de Israel” (4:44-26:19), e coloca Dt 6;20-25 como parte de um subgrupo, que esse autor chama de “os mandamentos para amar”, conforme o seguinte gráfico:

III. Ensaio da Lei de Israel: Dt 4:44 - 26:19.

A. Comandos Em relação a Deus: 4:44-12: 32.

1. A Lei como refletido nos Dez Mandamentos: 4:44-5: 33.

2. O mandamento de amar: 6:1-25.

3. A ordem para destruir os cananeus: 7:1-26.

4. Lembrando o trabalho de Deus no passado: 8:1-10: 11.
5. A chamada para dedicação: 10:12-11:32.
6. O comando relativo a um lugar central de adoração: 12:1-32.

Radmacher e Allen (1999), fazem uma leitura bem semelhante a feita por Nelson(1997, p. 325), ao chamar a seção maior em seu esboço de “III. A Lei, as promessas, e a comunidade da aliança (4:44-11: 32)”, e o bloco de Dt 6:20-25, de “um desafio de amar a Deus (5:32-6:25)”.

2.4 Tradução de Dt 6:20-25:

2.4.1 Texto Original:

- כִּי־יִשְׁאַלְךָ בֶּנְךָ מָחָר לֵאמֹר מָה הָעֲדַת וְהַחֻקִּים וְהַמִּשְׁפָּטִים אֲשֶׁר²⁰
 צִוָּה יְהוָה אֱלֹהֵינוּ אֹתְכֶם:
 וְאָמַרְתָּ לְבֶנְךָ עֲבָדִים הָיִינוּ לְפַרְעֹה בְּמִצְרַיִם וַיּוֹצִיאֵנוּ יְהוָה מִמִּצְרַיִם²¹
 בְּיָד חֲזָקָה:
 וַיִּתֵּן יְהוָה אוֹתוֹת וּמִפְתִּים גְּדֹלִים וָרַעִים בְּמִצְרַיִם בְּפַרְעֹה וּבְכָל־בֵּיתוֹ²²
 לְעֵינֵינוּ:
 וְאוֹתָנוּ הוֹצִיא מִשָּׁם לְמַעַן הָבִיא אֹתָנוּ לָתֵת לָנוּ אֶת־הָאָרֶץ אֲשֶׁר²³
 נִשְׁבַּע לְאַבְרָהָם:
 וַיַּצִּנוּ יְהוָה לַעֲשׂוֹת אֶת־כָּל־הַחֻקִּים הָאֵלֶּה לִּירְאָה אֶת־יְהוָה אֱלֹהֵינוּ²⁴
 לְטוֹב לָנוּ כָּל־הַיָּמִים לְחִיתָנוּ כְּהַיּוֹם הַזֶּה:
 וַצִּדְקָה תִּהְיֶה־לָּנוּ כִּי־נִשְׁמַר לַעֲשׂוֹת אֶת־כָּל־הַמִּצְוָה הַזֹּאת לִפְנֵי יְהוָה²⁵
 אֱלֹהֵינוּ כְּאֲשֶׁר צִוָּנוּ: ס

2.4.2 Tradução para o português:

20. Quando¹ interrogar, o seu filho a você no futuro², e dizer: por que³ os testemunhos, os estatutos, e as ordenanças, porque Jeová Deus a ti ordenou⁴?
21. E você dirá para o filho seu: escravos nos tornamos para Faraó, no Egito. Então nos libertou Jeová, do Egito, com mãos poderosas.
22. E ele fez sinais e maravilhas grandes e violentas, sobre o Egito, sobre Faraó, e sobre toda a casa, diante de nossos olhos.
23. E nos trouxe⁵ de lá, para que ele nos fizesse⁶ ir, para ser dada para nós, a terra que Ele jurou⁷ a nossos pais⁸.
24. E nos ordenou Jeová para fazer, todos estes⁹ estatutos, para temermos a Jeová Deus, para o bem nosso¹⁰, todos os dias, para nos manter vivos, como neste dia.
25. E justiça Ele será para nós, quando observarmos todos estes mandamentos, em face¹¹ de Jeová Deus^{12,13}, como quando Ele nos ordenou.

2.4.3 Notas da Tradução¹:

- 1- Quando: O texto samaritano tem “*wěhayah ki*”, e a LXX “*kai estai*”, como em Êx: 13:14 (WEINFELD, 2008, p. 336).
- 2- No futuro. Literalmente “amanhã”
- 3- *τι* é substituído por *τινα*, no Códex da LXX do Códex Alexandrino, que está no Museu Britânico de Londres.
- 4- Jeová Deus a ti ordenou: Em alguns manuscritos da LXX e Vg, se lê “nós” (cf. Êx.13:14), outros, “você”. Um terceiro grupo exclui o pronome “você / nós” completamente (WEINFELD, 2008, p. 336).
- 5- *ημας εξηγαγεν* é substituído por “*εξηγ. ημας κυριος ο θεος ημων*”, na LXX do Códex Alexandrino que está no Museu Britânico de Londres.
- 6- *ινα εισαγάγη ημας* é omitido na leitura de primeira mão, do Códex Alexandrino, que está no Museu Britânico de Londres.
- 7- *ωμοσεν* tem a adição de “*κυριος ο θεος ημων*” na LXX do Códex Alexandrino, que está no Museu Britânico de Londres.
- 8- *δουναι τοις πατράσιν ήμῶν* (para dar a nossos pais) é substituído por “*τοις πατρασιν ημων δουναι ημιν*” (para nossos pais dar...) na LXX do Códex Alexandrino, que está no Museu Britânico de Londres.
- 9- *πάντα τὰ δικαιώματα ταῦτα* é Códex por “*πασας τας εντολας και τα κριματα*” na LXX do Códex Alexandrino, que está no Museu Britânico de Londres.
- 10- *ευ η ημιν* é substituído por “*πολυημεροι ωμεν*”, na LXX do Códex Alexandrino, que está no Museu Britânico de Londres.
- 11- *εναντι* tem correções no texto primário da LXX, do Códex Alexandrino, que está no Museu Britânico de Londres, e do Códex Vaticano, que está na biblioteca do Vaticano, em Roma.
- 12- Em face de YHWH nosso Deus, como ele nos ordenou. O verso é melhor entendido se “Em face de YHWH nosso Deus” for transposto para seguir “E justiça Ele será para nós” cf. Dt 24:13 (WEINFELD, 2008, p. 336).
- 13- *Kypios* é omitido na LXX, do Códex Alexandrino, que está no Museu Britânico de Londres.

¹ Com aparato crítico da LXX de Rahlfs.

2.4.4 Aparato Crítico²:

Verso 20, na Septuaginta que tem o texto do Pentateuco samaritano, coloca-se antes de יְהוָה a palavra וְהָיָה.

Verso 20, em alguns poucos manuscritos hebraicos medievais, como no Pentateuco samaritano, coloca-se הָ em וְהָיָהּ .

Verso 20, nos fragmentos de códices hebraicos da Guenizá da sinagoga Bem Ezra do Cairo. אֱלֹהֵינוּ (está no singular. No texto grego da Septuaginta, segundo a recensão de Luciano de Antioquia (séc. III), אֱלֹהֵינוּ está escrito “ὁ θεός” ; a Septuaginta Latina 2, apresenta o plural

Verso 20, na Septuaginta menor versão da Vulgata Latina 1 אֱלֹהֵינוּ está no plural.

Verso 23, na Septuaginta que tem o texto do Pentateuco Samaritano, tem a adição de וְהָיָה depois de נִשְׁבַּע

A Septuaginta do Códice Alexandrino (Séc. V), o Códice Ambrosianos (séc. VI, e VII), o Códice Coisliniano (séc. VII), o texto grego da LXX, segundo a recensão de Orígenes de Alexandria, na Hexapla (5ª coluna) (séc. III) apresentam a adição de κυριος ο θεος φων, que é uma retroversão de אֱלֹהֵינוּ וְהָיָה .

2.5 Análises de termos importantes:

Reconhecendo a importância de se entender o significado de uma palavra, para se compreender o conceito da passagem; este capítulo pretende entender significados teológicos específicos, de palavras ou fraseados, buscando trazer seus conceitos, e o que for preciso para a explicação dos mesmos (STUART, FEE, 2008, p.46).

1- וְהָיָהּ Artigo + Substantivo comum feminino plural absoluto: Os Testemunhos.

Muitas vezes esta palavra é usada com referência ao testemunho de Deus. Na maioria das vezes, o emprego ocorre com relação ao tabernáculo, de

² Aparato crítico da Bíblia Hebraica Stuttgartensia.

onde vem a expressão “Tabernáculo do Testemunho” (Êx: 38:21; Nm 1:50,53); e à arca, de onde vem a frase “Arca do Testemunho” (Êx 25:22; 26:33,34; 30:6,26). Às vezes, esta palavra sozinha indica a arca (Êx 16:34; Lc16:13). Deus deu instruções a Moisés para colocar o testemunho na (“diante da Êx 16:34; 27:21) arca (Êx 25:21), E assim ele faz (Êx40:20, de acordo com Hb 9:4). Aqui o sentido é bem claro. Designa as duas tábuas de pedra, nas quais foram escritas as Dez Palavras (ou Mandamentos, Êx 24:12; 31:18; 34:29). Essas tábuas simbolizavam a aliança de Deus com Israel e são, nesta condição, chamadas de “tabuas da aliança” (Dt 9:9; 11:15) (HARRIS, ARCHER, WALTKE, 1998)

A lei de Deus é considerada seu testemunho, pelo fato dela ser a própria afirmação divina, acerca de sua própria pessoa e propósito. Assim no AT, as palavras escritas eram consideradas o testemunho, e no NT é a pregação do evangelho que é a essência do testemunho. Nos Salmos 19 e 119, esta palavra “הַעֲדוּת”, é também identificada com a lei, sendo usada como sinônimo. Joás recebe o “testemunho” na sua cerimônia de coroação (2Rs 11:12, 2Cr 23:11), para lembrá-lo que a lei havia de controlá-lo em todas as áreas da sua vida, inclusive como rei (HARRIS, ARCHER, WALTKE, 1998).

2- הַחֻקִּים- conjunção + partícula de artigo + substantivo comum masculino singular absoluto חֻק = Estatutos, algo prescrito, um estatuto devido (BROWN, DRIVER, BRIGGS, 2000). Decretos, leis civis prescritas por Deus (Strong, 2002, 2005)

חֻק :Dentro do contexto do verso este vocábulo, “também é chamado de lei” que vem de Deus: "Quando eles têm uma disputa, eles vêm a mim, e eu julgo entre um e outro, deixando que eles saibam os estatutos “חֻק” de Deus, e suas leis [Torá] (Êx 18,16 LBA). Os Sinônimos de “חֻק” são mitswah ("comando"); mishpāt ("sentença"); Berit ("Contrato, Aliança"); Torah ("Lei"); e *Edut* ("testemunha"). É difícil fazer uma distinção entre esses sinônimos, já que são frequentemente encontrados juntos: “guardam os mandamentos [mitswah] do Senhor, teu Deus, os seus testemunhos, e leis [חֻק], te ordenou” (Dt 6,17 RVA)” (VINE, 2000).

חֻק também é traduzido como ordenança. Este substantivo masculino *hōq*, provem da raiz *haqaq*, que significa riscar ou entalhar, e daí escrever. Vem da

ideia, da prática comum entre os antigos, de entalhar suas leis em pranchas de pedras, ou metal, mas não se limita a isto. A LXX utilizou três palavras para traduzir *hōq*: *protagma* (ordem ou injunção), *dikaioma* (regra ou exigência), e *nomimon* (mandamento). Ela ocorre várias vezes, em conjunto com outras palavras designativas de lei: *dēbarīm* (palavras), *tôrâ* (lei), *mishpāt* (julgamento). No sentido de regras ou prescrições, *hōq* pode designar deveres impostos por Deus (Êx 18:16), ou pelos homens (Gn 47:26; Jz 11:39). “No caso deste último, a palavra transmite o recebimento de ‘estatutos’ ou ‘costumes’ como na frase “estatutos de vossos pais” (Ez 20:18; 1Sm 30:25). E quando usado junto com *bērit* (aliança), significa as exigências que Deus fez ao povo de sua aliança (HARRIS, ARCHER, WALTKE, 1998, p. 520, 521).

3- מִשְׁפָּטִים Conjunção + partícula de artigo + substantivo comum plural absoluto de **שָׁפַט** = ordenanças. Julgamento, regra, decreto, costume, Ministério Público, lei, modelo jurisdição (ORTIZ, 2000).

Palavra traduzida por justiça em mais de 400 ocorrências na Bíblia, este substantivo é derivado do verbo *shapāt*, que significa dominar e governar, em todas as funções de um governo, sendo que tanto o substantivo quanto o verbo, abarcam todas estas funções. Assim o substantivo *mishpāt*, pode ser usado para qualquer aspecto do governo civil ou religioso, como: 1-Ato de decidir uma ação litigiosa, levada a um magistrado civil (Dt 25:1), 2- O local onde se decide uma ação religiosa (1Rs 7:7), 3- Processo litigioso, 4-Um caso de litígio (1Rs 3:11), 5- Uma sentença ou decisão por um magistrado (1Rs 25:40), 6-A época de um julgamento (Ec 12:14), 7-Soberania, base legal da ação governamental, no sentido de autoridade ou direito final (Dt 1:17, Pv 16:33), 8-Atributo de justiça, em toda a administração civil pessoal, que é correta (Is 30:18, Sl 37:30), 9-Determinação legal, frequentemente usado com *hōq* (estatuto) e *tôrâ* (lei), 10-Um plano (Êx26:30), 11- um costume (2Rs 17:33), 12-O direito que alguém tem por força da lei (Dt 18:3, Jr.32:7) (HARRIS, ARCHER, WALTKE, 1998).

4- סֵמֶל Padronizar as fontes em hebraico

Substantivo comum plural absoluto, de **סֵמָל** = sinal, marca, memorial. "sinal" como um lembrete do dever (VINE, UNGER, WHITE, 1996).

5- וּמִפְתִּים Partícula de conjunção + Substantivo comum, masculino, plural de מִוֶּפֶת : maravilha, prodígio, sinal, manifestação.

Em primeiro lugar, esta palavra significa um ato divino, ou uma exibição especial do poder divino (VINE, UNGER, WHITE, 1996). A maioria das vezes em que Deuteronômio faz uso deste termo, se refere às punições milagrosas, e as disposições maravilhosas, que Deus fez para o seu povo no deserto, por exemplo: água, maná, codornizes, e a coluna de fogo (HARRIS, ARCHER, WALTKE. 1999).

6- לִירָאָה Partícula de conjunção + Vav consecutivo + verbo Piel imperfeito da 3ª pessoa do masculino, singular, mais sufixo de 1ª pessoa do singular comum plural, de יָרָא: Temer, ter medo, reverenciar, respeitar (Swanson, 1997).

Segundo Strong (1996) a King James Version³ traduz 314 ocorrências; como “medo” 188 vezes, “com medo” 78 vezes, “terrível” 23 vezes, “coisa terrível” seis vezes, “espantoso” cinco vezes, “reverência” três vezes, “temível” duas vezes “atos terríveis” uma vez. E nas varias construções verbais: temer, reverenciar, ter medo, para permanecer no temor de, ficar extasiado, reverência, honra, respeito, causar espanto e admiração, ser realizada em reverência, para inspirar reverência, ou temor a Deus, ou temor, para fazer medo, aterrorizar.

Basicamente, este verbo denota a reação psicológica de "medo". *Yare* pode indicar, ter medo de algo ou alguém. Usado em relação a uma pessoa, em uma posição exaltada, *yare* significa "ficar de pé em reverência". Vê-se ai que não é simples medo, mas reverência, em que certa pessoa reconhece o poder, e a posição do indivíduo reverenciado, e dirige a ele o devido respeito. Assim o termo também significa submissão, em um relacionamento ético próprio a Deus; o anjo do Senhor disse a Abraão: "... Eu sei que temes a Deus, visto que não me negaste o teu filho, o teu único filho" (Gn 22:12) (VINE, 1996).

Segundo Harris, Archer, E Waltke (1999) os usos que a Bíblia faz de “*yare*” estão divididos em cinco categorias gerais: 1) a emoção do medo, 2) a antecipação intelectual do mal, sem ênfase sobre a reação emocional, 3) reverência ou temor, 4) comportamento justo ou piedade, e 5) adoração

³ Tradução dos verbetes feita pela King James Version

religiosa formal. Principais sinônimos no AT incluem: “*pahad*, *hātat* e *harad*”, bem como várias palavras, referentes a agitação ou tremor, como resultado do medo.

No estudo de Weinfeld (2008, p. 344), “temer” está relacionado com “servir”, “amar” “dar ouvidos a voz (de YHWH)” etc. Portanto, é para ser tomado como seguir a Deus, e observando os seus mandamentos

7- מִשְׁפָּט Partícula de conjunção Substantivo comum, feminino singular, absoluto, de מִשְׁפָּט: Justiça; atributo de Deus como soberano; justiça como vindicada, justificação, a salvação; atos justos; justiça, como o que é eticamente correto (BROWN, DRIVER, BRIGGS, 2000, p. 842).

De acordo com Strong (1996), a King James Version traduz como "justiça" 128 vezes, "direito" nove vezes, "atos de justiça" três vezes, "moderadamente", uma vez, e "retamente", uma vez.

Especialmente “*sedeq*”, refere-se a um padrão ético, moral, e claro, no AT esse padrão é a natureza, e a vontade de Deus. "O Senhor é justo (*Saddiq*), em todos os seus caminhos, e santo, em todas as suas obras (Sl 145: 17)". Deus é justo, sob a aliança, quando ele livra o seu povo dos problemas (Sl 31:1-2), dos seus inimigos (Salmos 5: 8 -9), dos ímpios (Sl 37: 6), e quando ele está vindicando Israel diante dos seus inimigos, ou executando vingança sobre eles (Jr 11:20). É conveniente que Israel tenha certeza, da vitória final sobre seus inimigos (Is 54:14-17). Neste último caso, o Senhor é tanto justo, como salvador (Is 45:21) (HARRIS, ARCHER, WALTKE, 1999, p. 752,754).

2.6 Relação intertextual de termos ou expressões importantes.

Reconhecendo a importância, de se entender o significado de uma palavra, para se compreender o conceito da passagem, entende-se que, se esta palavra, é encontrada em outras partes da Bíblia, isto pode contribuir para a compreensão do texto estudado. O fato de mesmo uma porção de um texto ser citado em outro lugar na Bíblia, pode dizer muito sobre o significado pretendido (STUART, FEE, 2008, p. 49). Assim este tópico tem por objetivo analisar os termos importantes em outras partes da Bíblia e suas possíveis contribuições, para o texto estudado, utilizando-se das concordâncias de Smith (1996, p. 205), e da Sociedade Bíblica do Brasil (2002).

2.6.1 Quando teu filho te perguntar no futuro:

Êx 12:26. Quando a Páscoa é instituída Deus usa os mesmos termos:, Quando os seus filhos lhe perguntarem, para dizer que eles deveriam explicar, o que era a Páscoa, e o evento de livramento, que Deus fez durante este evento.

Êx 13:08. Na consagração dos primogênitos Deus diz a Israel para contar aos filhos, que isto era por que Deus os havia libertado do Egito, sendo que no verso 9, diz que era para que a lei de Deus estivesse em sua boca, pois com forte mão Deus os havia libertado do Egito.

Êx 13:14 Continuando o texto da consagração dos primogênitos, vê-se que esta passagem tem, exatamente, a mesma construção inicial de Dt 6:20, onde ambas dizem: “E quando teu filho te perguntar no futuro, dizendo: Que é isto?” Sendo que a resposta que Deus orienta, no mesmo verso 14 de Êxodo(O Senhor, com mão forte, nos tirou do Egito, da casa da servidão), é encontrada em linguagem similar em Dt 6:21.

Js 4:6,7. Quando o povo acabou de passar o Jordão Deus mandou Josué designar 12 homens de cada tribo, para tomarem uma pedra do rio, e depositar no local onde passariam a noite, então mais uma vez Deus usa esta sentença: “Quando os teus filhos te perguntarem no futuro... o significado...”, e em resposta a esta pergunta, Deus diz que eles deveriam contar a história, de como as águas do rio Jordão foram cortadas, e o povo passou no meio dela.

Js 4:21-24. É repetida a mesma citação dos versos 6 e 7, com alguns acréscimo, exaltando a mão poderosa de Deus ao realizar este milagre, e que isto tinha por objetivo também, que os povos da terra conhecessem o poder de Deus, e os temessem.

Dt 4:9. Depois de exaltar desde o verso 6, a sabedoria e a justiça da lei; no verso 9, Deus orienta que o povo deveria guardá-la, e contá-la aos filhos, e filhos de seus filhos.

Dt 32:7 Quando Moisés acaba de escrever o livro da lei e o coloca ao lado da arca da aliança, ele alerta que depois de sua morte o povo se rebelaria, então recita um cântico diante da congregação, diz que eles (no futuro), deveriam lembrar da antiguidade, perguntar aos pais e anciões, e estes os informariam das grandes obras, que Deus tinha feito por eles.

Jó 8:8 Aqui Deus pede aos filhos, que considerem o que seus pais descobriram.

2.6.2 Testemunhos, os estatutos, e as ordenanças

Dt 4:45, 6:1. Citando o mesmo grupo de palavras acima, o texto repete as leis que Moisés falou aos filhos de Israel, quando saíram do Egito, especialmente a parte legal dos 10 mandamentos.

Dt 5:31 Usa מִצְוָה מִפִּי יְהוָה para traduzir a mesma ideia da expressão acima, Moisés relembra o episódio, em que Deus o convida a ficar no Sinai com Ele, para receber as leis que passaria ao povo.

Êx 25:16 Relata que Moisés deveria colocar na arca, o testemunho que Deus o daria (os 10 mandamentos, Êx 31:18).

Êx 31:18 Refere-se às tabuas dos 10 mandamentos, dadas por Deus a Moises.

Dt 17:18-20 O futuro rei é Recomendado a guardar as palavras da lei, e estes testemunhos.

Sl 78:5 “Deus estabeleceu um testemunho em Jacó, e uma lei em Israel”.

Is 8:16 “Ata o testemunho, e selar a lei”.

Is 8:20 O profeta precisa falar, baseado na lei e nos testemunhos(os profetas que falam da vinda do Messias).

Jr 32:11 Jeremias compra o campo, de acordo com a lei e os estatutos.

2.6.3 Nós éramos.

Dt 15:15 Ao apresentar as prescrições referentes ao ano sabático, Deus lembra o povo, que eles eram servos no Egito, e que Ele os resgatou; sendo esta a razão, porque Ele os estava ordenando.

Dt 5:6, 15. 26:5-9; Êx 20:2; Ne 9:9, 10; Sl 136:10-12. Is 51:1; Je 32:20, 21. Todas estas passagens apresentam referências semelhantes, onde ao trazer orientações ao povo, Deus os faz lembrar que eles eram servos no Egito, e como Ele os guiou e os libertou.

2.6.4 Com mão poderosa.

Êx 3:19. 13:3. Estes textos exaltam o poder de Deus, em tirar o povo do Egito.

2.6.5 Diante de nossos olhos.

Dt 1:30. 3:21. 4:3. 7:19. Estes versos realçam grandes feitos de Deus, os quais o povo tinha testemunhado, pessoalmente.

2.6.6 Para nosso bem.

Dt 10:13. Deus apela ao povo, que assuma um compromisso com Ele, e pergunta ao povo se eles não percebem que seus mandamentos são para o seu bem.

Jr 32:39. Deus faz uma série de promessas ao seu povo ao longo do capítulo, e entre elas a que lhes daria um caminho, e os faria temê-lo; para o bem deles, e dos filhos deles.

2.6.7 E Ihe será por justiça:

Gn 15:6 Abraão creu no Senhor e o Senhor imputou isto por justiça.

Dt 24:13. Revela a recomendação de bondade a alguém a quem se faz um empréstimo, especialmente um pobre. De acordo com Bratcher e Hatton (2000, p. 402) “Deus irá considerar tal ato, como uma conduta correta, um comportamento adequado”. Isto então seria o significado de “isso te será justiça”.

Sl 106:30-31. Ao comentar o ato de Finéias diante do Israelita com a Midianita, o salmista diz que o fato dele se levantar e executar o juízo foi imputado como justiça. De acordo com Nichol (1978), esse episódio mostra que Deus prometeu a continuação de seu sacerdócio, porque Finéias teve um ato de fé. Nichol (1978) liga esse conceito à experiência de Abraão, em Gn 15:6.

Is 64:6. Mostra que todas as nossas justiças são como trapos de imundícia.

Rm 4:2-3. Paulo mostra que foi o fato de Abraão crer que Ihe fez ter a justiça imputada.

Tg 2:21 Tiago dá a entender que Abraão foi justificado pelas obras.

2.7 Comentário de Dt 6:20-25, conforme resultados da exegese:

Verso 20.

2.7.1 “Quando o seu filho interrogar a você no futuro”

1- Revisão bibliográfica da sentença:

De acordo com Weinfeld (2008, p. 357), “a educação dos filhos, dizendo-lhes a história de seus antepassados, que foram libertados da opressão, é algo peculiar à nação israelita”. Deus está usando a pergunta de uma criança para explicar as razões para se obedecer a Deus, pois a continuidade da aliança, depende da transmissão da relação a cada nova geração (CHRISTENSEN, 2002, p. 151).

2- Análise baseada nos resultados da Exegese:

A exegese realizada neste trabalho nos oferece uma compreensão atestada pelo Item 2.6.1, em que mostra nestes versos, a repetição de uma fórmula, um padrão claro, em que Deus, quando traz uma mensagem de grande valor para o povo, tem a preocupação de recomendar, que Israel repetisse estas orientações para seus filhos. Quando Deus queria motivar o povo a que voltasse à obediência, pedia que eles se lembrassem do que seus pais ensinaram. Percebe-se também que, normalmente, a expressão “Quando o seu filho interrogar a você no futuro” está ligada ao contexto das leis, o que se encaixa com os itens 2.1, e 2.3, que explicam as características do livro de Deuteronômio, e do Capítulo 6 em especial.

2.7.2 “Porque os testemunhos, os estatutos, e as ordenanças”.

1-Revisão bibliográfica da sentença:

“A língua hebraica não tem uma palavra para expressar ‘querer dizer’, ‘significar, e, portanto, usa simplesmente o verbo substantivo ‘O que é’, ou seja: ‘o que quer dizer, ou significar’” (CLARKE, 1999). Dt 6:20 refere-se às leis em geral, sem qualquer indicação de um ritual específico, de acordo com Weinfeld (2008, p. 330). Havia boa razão para que todos os preceitos da Lei devessem ser observados (CALVIN, 2002). Todas as instituições divinas têm um certo significado, e há algo grande projetado nelas. Assim é nossa responsabilidade ter a preocupação de conhecer e entender o significado delas, para que possamos realizar um serviço razoável (HENRY, 2010, p. 593).

2-Análise baseada nos resultados da Exegese:

De acordo com o item 2.5, “testemunho” pode se referir ao tabernáculo, à arca e aos 10 mandamentos. Os “estatutos”, a lei de Deus, decretos e leis civis, ou seja deveres impostos tanto por Deus como pelos homens; e “ordenanças” ou “juízos”, se referem a vários aspectos do governo civil ou religioso. Sua ocorrência na Bíblia, de acordo com o item 2.6.2, tem, em sua maioria, relação com os 10 mandamentos. Mas em algumas oportunidades também se relaciona às leis gerais, ou a palavra dos profetas.

Esta expressão “Porque os testemunhos, os estatutos, e as ordenanças”, se encaixa diretamente com o conteúdo do livro de Deuteronômio que, segundo o item 2.1, é um livro histórico, legislativo, que traz a repetição de uma grande parte da lei, da história do Tetrateuco (os 4 primeiros livros da Bíblia), e se encaixa especialmente com o contexto do Capítulo 6 que, de acordo com o item 2.3, segue o Decálogo e gira em torno de fidelidade exclusiva a *YHWH*. Assim trata das várias leis dadas por Deus a Israel.

2.7.3 “Escravos nos tornamos para Faraó, no Egito”.

1- De acordo com Weinfeld (2008, p. 357), essa maneira de educar continua no judaísmo, até os dias atuais, onde, na noite da Páscoa, as crianças têm que estar preparadas para perguntar: Por que esta noite é diferente de todas as outras noites? E assim por diante. E a resposta dada está em Dt 6:20-25: "Fomos escravos".

2- Percebe-se aqui, especialmente de acordo com a análise do item 2.6.3, uma preocupação de Deus, em lembrar o povo a respeito de sua antiga condição, tanto para que reconheçam a Sua Soberania e poder, como para que eles possam evitar seguir um caminho que os levem de volta àquela situação.

2.7.4 “Então nos libertou Jeová do Egito com mãos poderosas”

2-Especialmente percebe-se, utilizando o item 2.6.4, que Deus busca exaltar os seus feitos e maravilhas ao longo da História guiando seu povo. Esse aspecto serve de referência e motivação para que eles o ouçam e obedeçam. Mãos poderosas pode ser uma referência de proteção aos obedientes, ou de juízo aos rebeldes.

Verso 22.**2.7.5 “E ele concedeu sinais e maravilhas grandes”.**

1-“Esta resposta é um recital da grande obra de salvação feita por Jeová, a partir do resgate de Israel da escravidão do Egito, para a entrada na terra prometida” (CARRO; POE; ZORZOLI, 1997, p. 381).

2- Os atos de Deus em libertar seu povo foram grandiosos e a fama de suas ações se espalharam de tal forma que, aonde os israelitas chegavam as nações os temiam (Js 2:9). De acordo com o item 2.5, Deus realizou, ao longo da história de seu povo, muitos feitos sobrenaturais. Esses sinais serviam também como memorial ao povo, como lembretes do dever que tinham para com Deus. Esses dois aspectos da libertação do Egito são realçados aqui.

2.7.6 “E violentas, sobre o Egito sobre Faraó”.

1-Iso enfatiza a natureza extraordinária das pragas e seus efeitos destrutivos. A NRSV⁴ traduz "grande e terrível." Esses adjetivos descrevem sinais e maravilhas. Por isso, é possível traduzir, como por exemplo: "realizadas coisas maravilhosas" ou, "coisas que fazem as pessoas espantadas" e "fez horríveis [ou, horrível] coisas para os egípcios" (BRATCHER; HATTON, 2000, p. 147).

2- Estes sinais foram maravilhosos para os libertos Israelitas. Mas foram horríveis para os Egípcios.

2.7.8 “Diante de nossos olhos”

2- Deus lembra ao povo que eles mesmos (ao longo do caminho no deserto) ou seus pais (no Egito) tinham testemunhado as maravilhas e sinais que Deus tinha operado.

Verso 23.**2.7.9 “E nos trouxe de lá, para a terra que Ele jurou a nossos pais”**

1-Segundo Nichol (1978), a grande e milagrosa libertação da escravidão literal era digna de ser lembrada como uma evidência do poder de Deus e Suas reivindicações sobre eles. Mas a libertação do Egito implica também na libertação do pecado.

⁴ Versão New Revised Standard Version

2- Deus lembra a Israel de como Ele foi fiel à promessa feita a seus pais e que eles estão longe da escravidão, porque Ele os tirou de lá.

Verso 24.

2.7.10 “Para temermos a Jeová Deus”

2- Tudo o que Deus fez deve despertar no coração do seu povo um temor para com este grandioso Deus. O item 2.5 nos mostra que a reação que Deus está pedindo aqui ao seu povo é uma mistura de reverência, ficar extasiado, honra, respeito e admiração. Talvez também emoção de medo, serviço, amor e obediência a seus mandamentos.

2.7.11 “Para o bem nosso”

1- De acordo com Nichol (1978), as coisas que Deus exige de nós é para o nosso próprio bem. As restrições que Ele coloca sobre nós são a nossa proteção contra perigos espirituais, que não conseguimos ver. Um pastor não ergue um cajado sobre suas ovelhas para impedi-las de se divertir com os lobos, mas sim para que ele “possa preservá-las”, para que “elas vivam”.

2- Deus está tentando conscientizar o povo aqui que tudo que ele tem exigido deles, inclusive a ordem para que o temessem, no fim das contas tem o objetivo de beneficiar o próprio povo. De acordo com o item 2.6.6, Deus em vários momentos na Bíblia, tenta argumentar e convencer seu povo de que as leis que Ele fez e o compromisso que Ele cobra deles é um meio de fazê-los felizes.

Verso 25.

2.7.12 “E justiça Ele será para nós”

1- “A seção termina com um resumo, e é interessante comparar isso com Gn. 15, “Vai ser justiça para nós, se obedecermos”, e “Foi a justiça para Abraão que ele acreditava que...”. As duas declarações não estão em tensão. Na verdade são dois lados da mesma moeda. A abertura da fé, que constitui correta relação com Deus, se caracteriza precisamente por obediência.” (CAIRNS, 1992, p. 88). De acordo com Clarke (1999), nesta passagem Deus não diz que esta justiça seria alcançada sem Ele, ou que eles poderiam comprá-la. Mas exigiu que eles estivessem em conformidade com sua vontade em tudo, a fim de que eles pudessem ser santos de coração e justos no proceder.

2- Depois de realizar milagres e maravilhas, como vimos nos itens 2.6.7, e 2.7.5, mesmo quando o povo era rebelde e não tinha nenhum mérito diante de Deus (Êx 14:11-12, Dt 6:21, Êx 16:28; 32:1-10), Ele revela a seu povo o desejo de continuar sendo sua justiça. Assim, apesar da ênfase dada em Deuteronômio à lei, de acordo com os itens 2.1 e 2.3, isso não significa que a guarda dos mandamentos servirá como de meio de salvação. Como foi apresentado no item 2.5, a justiça é um atributo de Deus, e é traduzida na Bíblia, quase em sua totalidade, em referência a ações divinas, pois o que podemos chamar de nossa justiça é um trapo de imundícia (Is 64:4).

2.7.13 “quando observarmos para fazer todos estes os mandamentos ”

1- “A completa obediência aos preceitos de Deus justifica Israel, porque a obediência de Israel produz um verdadeiro relacionamento com Deus” (CARRO; POE; ZORZOLI, 1997, p. 381).

2- Deus convida seu povo, que recebeu a misericórdia e justiça Dele, a obedecer a seus mandamentos, para continuar usufruindo da liberdade e benefícios extraordinários, que eles ganharam sem nenhum mérito.

É importante se demorar em alguns detalhes dos resultados encontrados no item 2.6.7, especialmente no que se refere aos versos de Rm 4:2-3, e Tg 2:21. Em geral as passagens bíblicas falam claramente que não temos e não podemos fazer obras que tenham algum valor diante de Deus, pois nossos atos são como trapo de imundície (Is 64:6). Mas ao contrapor Paulo e Tiago nos versos acima, pode-se pensar em uma contradição; afinal Abraão foi justificado pela fé ou pelas obras?

Segundo Moo (2000, p. 135), Tiago faz a declaração “quando observarmos para fazer todos estes os mandamentos”, provavelmente porque alguns estavam interpretando indevidamente os ensinamentos de Paulo e tomando a fé em termos restritos. Paulo então se refere à justificação como uma pessoa, que entra em relacionamento com Deus. Enquanto Tiago conecta, o que este relacionamento deve, em última instância parecer, revelar, para receber a aprovação final de Deus. Moo ainda que timidamente, defende nesta leitura, que Tiago estaria reivindicando que Abraão, ao “demonstrar ser justo” por suas ações: estava revelando sua aceitação prévia por Deus (Gn 15:6). Dessa forma,

a "justiça", que ele já havia alcançado pela fé, foi demonstrada em seus atos de obediência.

De acordo com Ladd (2001, p. 547), Paulo estava lidando com a autojustiça da piedade legalista, e Tiago com a ortodoxia morta. Assim, quando Paulo fala de fé, quer dizer aceitação submissa ao que se está pregando; e Tiago contesta a fé no sentido de aceitação intelectual (Tg 2:9). Outro aspecto é que por obras, Paulo está designando e questionando os feitos judaicos de obediência formal à lei. Enquanto que Tiago está exaltando as obras dos feitos de amor cristão, como visitar as viúvas e órfãos, guardar-se da corrupção (Tg 1:27), alimentar o faminto e vestir o nu (Tg 2:15). Como cita Gane (2006, p. 104), “as nossas obras revelam a qualidade de nossa fé, da mesma forma que uma casa revela a qualidade do trabalho do homem que a edificou”. Dessa forma, Paulo e Tiago estão pregando a mesma mensagem, sob perspectivas diferentes, afirmando que a justiça de Cristo é a única forma de sermos aceitos por Deus.

Diante dos textos e argumentos apresentados, percebe-se que não existe justiça própria, nos atos humanos ao longo da Bíblia, e que a expressão “Ihe será por justiça” está sempre relacionada a Deus, seja na dimensão de Deus outorgando seus méritos aos seres humanos, ou na resposta do ser humano em aceitar os méritos de Deus.

3. CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, somos levados a acreditar que, ao Deus recomendar a Israel, em Deuteronômio 6:20-25, que eles deveriam passar para as próximas gerações, os seus filhos, o porquê dos testemunhos, os estatutos e as ordenanças, Deus não estava apenas ordenando uma repetição de leis. Ele vai mais longe, pois explica o porquê delas. Ou seja, o próprio Deus apresenta as bases teológicas, que deveriam motivar a obediência à lei, por parte de Israel e seus descendentes.

Aqui se vê uma preocupação de Deus, não apenas em que o povo ensinasse os mandamentos, mas também explicasse a razão porque eles deveriam guardá-los. Dessa forma, Deus não se coloca como um imperador, ao qual as gerações futuras teriam que obedecer e pronto. Ele se preocupa com as futuras gerações e deseja que tenham a devida motivação para obedecer a Ele e aos Seus mandamentos.

Deus mesmo orientou essa resposta, ao explicitar as bases teológicas, presentes ao longo do seu relacionamento com eles desde o Egito. Primeiro, o

Senhor lembrou o povo aonde eles estavam, a fim de realçar o que Ele iria fazer por eles. Então pediu que Israel reconhecesse Sua poderosa mão, que os livrara da escravidão, e os sinais que Ele fez como memorial desse livramento.

Deus lembrou os israelitas de que Ele os tirara do Egito e os estava levando para a terra prometida. Percebe-se aqui Deus despertando neles um espírito de gratidão por seu amor em cuidar deles, por sua providência, em meio a tantas necessidades ao longo do deserto, e por seu cuidado e proteção contra os inimigos, desde os Egípcios até as nações pagãs ao longo do caminho para Canaã.

Outro aspecto relevante é que Deus enfatiza que mesmo essa obediência e temor a Ele contribuiriam, no fim, para o próprio bem deles. Assim, a obediência contribuiria para a felicidade deles.. Por fim, Deus revela a seu povo, a quem havia sido justa por todo o caminho, desde o Egito até aquele momento, que deseja continuar sendo sua justa e que eles precisam cumprir todos os Seus mandamentos, para continuar usufruindo da liberdade e benefícios extraordinários, que eles ganharam sem nenhum mérito.

Entender as bases teológicas para a obediência da lei em Deuteronômio 6:20-25 é uma tarefa que tem proporções grandiosas, pois serve como uma contribuição, à discussão mais ampla, das bases teológicas para a obediência à lei em todo o Antigo Testamento, visto que existe uma unidade e harmonia fundamental ao longo de toda a Bíblia, sendo que um versículo bíblico não pode contradizer outro. Entendemos que o estudo desta perícopa oferece uma contribuição importante à discussão, especialmente pelo contexto de Deuteronômio, com seu ambiente de repetição da lei, e estabelecimento da aliança entre Deus e seu povo.

Levando em consideração os aspectos encontrados na conclusão deste estudo, também podemos contrapor frontalmente a perspectiva defendida, direta ou indiretamente, por grupos evangélicos, dispensacionalistas, entre outros, de que a obediência em si tivesse sido a base da salvação durante a experiência de Israel no Antigo Testamento; ou que, durante a dispensação da lei, a partir do Sinai, Deus tenha usado um modelo diferente de julgamento e salvação, diferentemente do que ele faz nos dias de hoje. O estudo acima realizado deixa bem evidente que antes, durante e depois da lei apresentada no Sinai o amor de

Deus foi oferecido de graça e em proporções extraordinárias a um povo indigno e sem qualquer competência para recebê-lo.

Por tudo isso, Deuteronômio 6:20-25 se apresenta como um testemunho especial, da maravilhosa atuação de Deus em favor de seu povo. Atuação esta que, devido ao fato de ter-se mantida constante, mesmo diante da completa incapacidade do povo, de retribuir proporcionalmente aos “sinais e maravilhas” realizadas em seu favor, podemos chamá-la de “Graça no Antigo Testamento”.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Carlos Alberto Ribeiro de. **Web Mosaica Revista Do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall V.4 N.1 (Jan-Jun) 2012**. Estudo Histórico e Crítico-Textual dos Pergaminhos Hebraicos do Museu Nacional – UFRJ Consulta em 28-12-2014. Disponível na www: <URL: <http://migre.me/n96KQ>>.

BARKER, Kenneth L. **False Dichotomies Between the Testaments**. Journal of the Evangelical Theological Society 25, 1982.

BAUMGARTEN, Albert I. **The paradox of the Red Heifer**. Reply, J Milgrom. Vetus Testamentum 43, no 40, 1993.

BEWER, Julius A. **The original significance of the rite of the red cow in Numbers xix**. Journal of Biblical Literature 24, no 1, 1905.

BÍBLIA. Hebraico. Stuttgartensia. **Biblia Hebraica Stuttgartensia**. Kittel, quinta emendata; Sociedade Bíblica do Brasil Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.

BLAZEN, Ivan T. **Tratado de Teologia**. Salvação, Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

Bratcher, Robert G.; Hatton, Howard: **A Handbook on Deuteronomy**. New York : United Bible Societies, 2000 (UBS Handbook Series).

BRAULIK, Georg. **Law as Gospel: Justification and pardon according to the Deuteronomic Torah**. Interpretation 38, 1984.

Brown, Francis; Driver, Samuel Rolles; Briggs, Charles Augustus: **Enhanced Brown-Driver-Briggs Hebrew and English Lexicon**. Electronic ed. Oak Harbor, WA : Logos Research Systems, 2000.

BRUCKNER, James K. **A theological description of human wholeness in Deuteronomy 6**. Ex auditu 21, 2005.

CAIRNS, Ian: **Word and Presence: A Commentary on the Book of Deuteronomy**. Grand Rapids, Mich; Edinburgh W.B. Eerdmans; Handsel Press, 1992.

CALVIN, John: **Calvin's Commentaries**. Galaxie Software, 2002.

CARRO, Daniel; POE, José Tomás ; ZORZOLI, Rubén O. **Comentario Bíblico Mundo Hispano**, Levítico, Numeros, Y Deuteronomio. 1.ed. El Paso, TX : Editorial Mundo Hispano, 1997.

CHRISTENSEN, Duane L. **Word Biblical Commentary: Deuteronomy** Dallas :Word, Incorporated, 2002.

CONCEIÇÃO, Adaylton A. **Estudo de dispensações (Períodos Bíblicos)**, São Paulo 2002. Disponível em: < <http://br.monografias.com/trabalhos3/estudo-dispensacoes/estudo-dispensacoes.shtml>> acesso: em 30 de abril de 2014.

DANIEL, Rocha. **Ganhando o Brasil para Jesus**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, jul./set. 2011.

DAVIDSON, Richard M. **Tratado de Teologia**. Interpretação Bíblica. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

DRIVER, S. R. **A Critical and Exegetical Commentary on Deuteronomy**. 3rd ed. Edinburgh : T. & T. Clark, (The International Critical Commentary on the Holy Scriptures of the Old and New Testaments 3)1902.

DYBDAHL, Jon. **Old Testament Grace**. Ontário, Canadá. Pacific Press Publishing Association, 1990.

FAIRBAIRN, Patrick. **The Revelation of Law in Scripture**. London. Edinburgh: Commercial Printing Company 1868.

FRANCISCO, Edson de Faria. **Manual da Bíblia Hebraica: Introdução ao texto Massorético Guia Introdutório para a Bíblia Hebraica Stuttgartensia**. 3. Ed, São Paulo, Vida Nova, 2008.

FUHRMANN, Justin M. **Deuteronomy 6-8 And The History Of Interpretation: An Exposition On The First.** Journal of the Evangelical Theological Society; ProQuest Research Library, 2010.

GANE, Roy. **Who's Afraid of the Judgment?:** The Good News about Christ's Work in the Heavenly Sanctuary. USA, Pacific Press Publishing Association 2006.

GANE, E. Roy, **Cult and Character: Purification offerings,** Day of Atonement and theodicy, USA, Eisenbrauns, 2005.

GINGRICH, Roy E.: **The Book of Deuteronomy.** Memphis, TN. Riverside Printing, 2000.

GREENBERG, Martin A. **The Red Heifer Ritual: A Rational Explanation.** Jewish Bible Quarterly 25, no 1, Ja-Mr 1997.

HASEL. F Gerhard. **Redenção Divina Hoje** – Estudos sobre a Doutrina do Santuário. Brasília: Seminário Adventista Latino Americano de Teologia, 1981.

HALL, Gary Harlan.: JOPLIN, Mo. **Commentary Deuteronomy** College Press Pub. Co, 2000.

HANSEN, G. Walter: **Galatians.** Downers Grove, Ill: InterVarsity Press, (The IVP New Testament Commentary Series).1994.

HARRIS, R. Laird; ARCHER, Gleason. L. Jr; WALTKE, Bruce. K. **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento.** São Paulo. Vida Nova. 1998.

HARRIS, Robert Laird; ARCHER, Gleason Leonard ; WALTKE, Bruce K.: **Theological Wordbook of the Old Testament.** Electronic ed. Chicago: Moody Press, 1999.

HASEL, Gerhard.F. **Teologia do Antigo e Novo Testamento:** Questões básicas no debate Atual. São Paulo: Academia Cristã Ltda, 2012.

Henry, Matthew **Commentary on the whole Bible - Volume I** - Genesis to Deuteronomy.1ª Ed Rio de Janeiro, CPAD, 2010.

HUGHES, Robert B; LANEY, J.Carl. **Tyndale Concise Bible Commentary.** Wheaton, Ill. Tyndale House Publishers, 2001.

KAISER Walter.C. **Teologia do Antigo Testamento.** 2 ed, São Paulo, Vida Nova, 1982.

LADD, George Eldon **Teologia Do Novo Testamento.** São Paulo Hagnos, 2001.

LIENHARD, Joseph T. ROMBS, Ronnie J. **Ancient Christian Commentary on Scripture OT 3,** Exodus, Leviticus, Numbers, Deuteronomy. Downers Grove, Ill. InterVarsity Press, 2001

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica** 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MILGROM, Jacob. **The paradox of the red cow (Num 19)** Vetus Testamentum 31, no 1 Ja 1981.

MOO, Douglas J.: **The Letter of James, The Pillar New Testament Commentary**. Grand Rapids, Mich; Leicester, England: Eerdmans; Apollos, 2000.

NARRAMORE, Bruce. **Discipline by grace**. Journal of Psychology & Theology 7 no 4 Wint 1979.

NELSON, Thomas. **KJV Bible Commentary**. Nashville: 1997.

NICHOL, Francis D.: **The Seventh-day Adventist Bible Commentary: The Holy Bible With Exegetical and Expository Comment**. Washington, D.C.: Review and Herald Publishing Association, 1978.

MCCONVILLE, J. Gordon **Grace in The End: A Study in Deuteronomic Theology**, USA, Zondervan, 1993.

Ortiz, Pedro, V., S.J.: **Lexico Hebreo-Español Y Arameo-Español**. Miami: Sociedades Bíblicas Unidas, 2000.

PINK, A. W. **A Study of Dispensationalism**, USA, Bottom of the Hill Publishing 1940.

RAD, Von **Teologia do Antigo Testamento** Volume 1 e 2, 2ªEd, Edições Targumim, 2006.

RAD, Von. **Old Testament Theology** Volume I Ed.1 Haper & Row, Publishers. 1962

RADMACHER, Earl D.; ALLEN, Ronald Barclay; HOUSE, H. Wayne: **Nelson's New Illustrated Bible Commentary**. Nashville: T. Nelson Publishers, 1999.

RAHLFS, Alfred (Hrsg.); Hanhart, Robert (Hrsg.): **Septuaginta: Apparatus Criticus**. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2006.

RODOR, Amin. **Israel e o Novo Israel**, Revista Parousia. São Paulo, SP: Unaspress, 1º sem. 2007.

RODRÍGUES, Ángel Manuel. **Tratado de Teologia**. Interpretação Bíblica. Tatuí, SP: Casa publicadora Brasileira, 2011.

SILVA, Hélio de Menezes, **Dispensacionalismo e as sete Dispensações**. (O Plano de Deus Através dos Séculos) 2006.Consulta [15-06-2014].Disponível na www: <URL: <http://tinyurl.com/kkh37kr>>.

SMITH, James E. **The Pentateuch**. 2 ed. Joplin, Mo, College Press Pub, Co., 1993.

SMITH, Jerome H.: **The New Treasury of Scripture Knowledge** : The Most Complete Listing of Cross References Available Anywhere- Every Verse, Every Theme, Every Important Word. Nashville TN: Thomas Nelson, Published in electronic form, 1996.

Sociedade Bíblica do Brasil: **Concordância Exaustiva Do Conhecimento Bíblico**. Sociedade Bíblica do Brasil, 2002;

SPENCE-Jones, H. D. M. **The Pulpit Commentary**: Deuteronomy. Bellingham, WA: Logos Research Systems, 2004.

STRONG, James; **Léxico Hebraico, Aramaico E Grego De Strong**. Sociedade Bíblica do Brasil, 2002; 2005.

STRONG, James: **The Exhaustive Concordance of the Bible**: Showing Every Word of the Text of the Common English Version of the Canonical Books, and Every Occurrence of Each Word in Regular Order. electronic ed. Ontario : Woodside Bible Fellowship., 1996.

STUART, Douglas. FEE, Gordon D. **Manual de Exegese Bíblica**, Antigo e Novo Testamento. São Paulo, Vida Nova, 2008.

Swanson, James: **Dictionary of Biblical Languages With Semantic Domains**: Hebrew (Old Testament). electronic ed. Oak Harbor : Logos Research Systems, Inc., 1997.

THOMPSON J. A. **Deuteronômio Introdução E Comentário**. Série Cultura bíblica 1 ed São Paulo, Vida Nova, 1982.

TIMM, Alberto R. **Revista Adventista**, Alegorizações do Santuário. Tatuí SP, Casa Publicadora Brasileira Novembro 2008.

TIMM, Alberto. **Uma Análise Crítica da Escatologia Dispensacionalista de Hal Lindsey**, Seminário Adventista Latino Americano de Teologia, 1998.

VASSILIADIS, Petros. **God's will for his People**:Deuteronomy 6:20-25. International Review of Mission 77, no 306, 1988.

VELOSO, Mario. **Tratado de Teologia**, A lei de Deus. Tatuí, SP: Casa publicadora Brasileira, 2011.

VINE, W.E.: **Vine Diccionario Expositivo De Palabras Del Antiguo Y Del Neuvo Testamento** Exhaustivo. electronic ed. Nashville : Editorial Caribe, 2000.

VINE, W. E.; UNGER, Merrill F.; WHITE, William: **Vine's Complete Expository Dictionary of Old and New Testament Words**. Nashville : T. Nelson, 1996

WALVOORD, John F.; ZUCK, Roy B.; **The Bible Knowledge Commentary: An Exposition of the Scriptures**. Dallas Theological Seminary Wheaton, IL: Victor Books, 1983.

WEINFELD, Moshe: **Deuteronomy 1-11: A New Translation With Introduction and Commentary**. New Haven; London : Yale University Press, 2008.

WILLOUGHBY, Bruce E. **A heartfelt love: An Exegesis of Deuteronomy 6:4-19**. Restoration Quarterly 20, 1997.

WHITE, Ellen G **Testemunhos Seletos, V. 1**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1949.

ZUCK, Roy. B. **Teologia do Antigo Testamento**. 1ed Rio de Janeiro CPAD, 2009.